

PEDRO HENRIQUE MÁXIMO PEREIRA
(ORGANIZADOR)

ARQUITETURA
E URBANISMO:
CONSTRUÇÃO E MODELAGEM
DO AMBIENTE

 **Atena**
Editora
Ano 2023

PEDRO HENRIQUE MÁXIMO PEREIRA
(ORGANIZADOR)

ARQUITETURA
E URBANISMO:
CONSTRUÇÃO E MODELAGEM
DO AMBIENTE

 Atena
Editora
Ano 2023

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof^ª Dr^ª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Prof^ª Dr^ª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Prof^ª Dr^ª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campina
 sProf^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 aProf^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Prof^ª Dr^ª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia / Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Arquitetura e urbanismo: construção e modelagem do ambiente

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Pedro Henrique Máximo Pereira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
A772	<p>Arquitetura e urbanismo: construção e modelagem do ambiente / Organizador Pedro Henrique Máximo Pereira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-0930-4 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.304232001</p> <p>1. Arquitetura. 2. Urbanismo. I. Pereira, Pedro Henrique Máximo (Organizador). II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 720</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Este livro da Atena Editora, intitulado **“Arquitetura e Urbanismo: construção e modelagem do ambiente”** apresenta a leitoras e leitores um conjunto de quatro capítulos. Há uma profunda relação temática entre eles: o espaço público e a esfera pública. Embora apresentem casos distintos e reflexões teóricas de fontes diferentes, há consonâncias consideráveis: há preocupações com os aspectos construtivo-materiais, bem como suas apropriações e usos. Uma síntese sobre eles, portanto, se faz necessária para melhor compreensão.

O primeiro capítulo, de Júlia Solér Marconi, **“A cidade delas”**, aborda as relações da mulher com a cidade. A ênfase está centrada no processo de construção de sua participação na esfera pública por parte dos movimentos feministas e sua interface com o espaço urbano. Com base nesta reflexão, a autora aponta a necessidade da representação das mulheres na organização social e participação popular, bem como defende uma abordagem de gênero na constituição do urbanismo enquanto campo, disciplina e profissão.

O segundo capítulo, de Jasmine Andrade Sanz, **“A morfologia da Praça São Salvador em Campos dos Goytacazes (RJ): os aspectos visíveis e invisíveis de sua transformação histórica”**, reconstitui os aspectos morfológicos da Praça São Salvador. A estratégia adotada pela autora se encontra na noção de “camadas temporais” que foram identificadas por meio de registros históricos, como fotografias, documentos e acervo bibliográfico.

O terceiro capítulo, de Maria Isabel Imbroni, tem por título **“Espaço Público: indicadores de qualidade na Praça da Liberdade e Rua Galvão Bueno, São Paulo”**. Trata-se de uma pesquisa aplicada sobre a qualidade do espaço urbano no qual, a partir dos recortes espaciais estabelecidos, investigou-se os parâmetros desenvolvidos por Ewing e Bartholomew para aferi-la. A autora, assim, faz uma reflexão crítica sobre o espaço analisado e sobre este procedimento analítico.

O quarto capítulo, por fim, dos autores Adilson João Tomé Manuel e Luis Octavio de Faria e Silva, busca aprofundar a compreensão de dois bairros precários evidenciados no título: **“Itaim Paulista em São Paulo e Cazenga em Luanda, uma Observação Comparada”**. O trabalho procura evidenciar e destacar características nestes bairros que apresentem pistas sobre suas estruturas comunitárias, bem como sua relação com o território.

Dignos de nota, estes textos atualizam reflexões, debates, métodos e conceitos de autores de referência consagrados.

Assim, estimo, a leitoras e leitores, uma excelente experiência!

CAPÍTULO 1	1
A CIDADE DELAS	
Júlia Solér Marconi	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3042320011	
CAPÍTULO 2	15
AMORFOLOGIA DA PRAÇA SÃO SALVADOR EM CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ): OS ASPECTOS VISÍVEIS E INVISÍVEIS DE SUA TRANSFORMAÇÃO HISTÓRICA	
Jasmine Andrade Sanz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3042320012	
CAPÍTULO 3	35
ESPAÇO PÚBLICO: INDICADORES DE QUALIDADE NA PRAÇA DA LIBERDADE E RUA GALVÃO BUENO, SÃO PAULO	
Maria Isabel Imbronito	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3042320013	
CAPÍTULO 4	50
ITAIM PAULISTA EM SÃO PAULO E CAZENGA EM LUANDA, UMA OBSERVAÇÃO COMPARADA	
Adilson João Tomé Manuel	
Luis Octavio de Faria e Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3042320014	
SOBRE O ORGANIZADOR	67
ÍNDICE REMISSIVO	68

A CIDADE DELAS

Data de aceite: 02/01/2023

Júlia Solér Marconi

Mestranda em Arquitetura, Urbanismo e Design no Centro Universitário Belas Artes de São Paulo

RESUMO: O presente artigo trata da relação da mulher com a cidade e do advento de movimentos feministas e seu vínculo com o espaço urbano. Em uma luta histórica a favor da participação da mulher na esfera pública, o movimento feminista igualmente denunciou, por meio de seus discursos e ações, a falta do direito à cidade sofrida pelas mulheres, especialmente às que estão a margem do território. Apoiado nisso, são refletidas tais demandas urbanas através do planejamento urbano participativo, demonstrando-se, assim, fundamental a representação das mulheres nesse processo e sua organização social, a fim de que seja abordada a escala de gênero no urbanismo.

PALAVRAS-CHAVE: Urbanismo, planejamento urbano participativo, feminismo, coletividade.

ABSTRACT: This article deals with the relationship between women and the city,

therefore the advent of feminist movements and their link with the urban space. In a historic struggle in favor of women's participation in the public sphere, the feminist movement also denounced, through its speeches and actions, the lack of the right to the city suffered by women, especially those on the border of the urban territory. Based on this, such urban demands are reflected through participatory urban planning, thus demonstrating that the representation of women in this process and their social organization is fundamental, in order to address the gender scale in urbanism.

KEYWORDS: Urbanism, participatory urban planning, feminism, collectivity.

INTRODUÇÃO

A cidade, em sua concepção, deveria proporcionar o direito à cidade à todas as pessoas. “Sob o manto da neutralidade, entretanto, o espaço urbano revela regras ocultas que correspondem a estruturas de poder que regem toda a sociedade, e a posição das mulheres dentro dessa rede, consiste em pouco progresso de igualdade” (SARMENTO; BANKHARDT,

2020). Fundamentada no modelo modernista de cidade, o qual racionalizou o espaço baseado no homem modelo, produziu cidades consolidadas no controle e na vigilância, intensificando a linguagem do medo e da negação da vida pública. O funcionamento da urbe passa então a criar barreiras invisíveis que controlam o espaço público a partir da desigualdade e do medo. As arquitetas Daniela Sarmiento e Flávia Bankhardt discorrem sobre esse imaginário:

Os espaços utilizados de forma segura pelas mulheres estão bem definidos no mapa mental de quase todos os cidadãos, com lugares e horários específicos (geralmente para mulheres, idosos, crianças ou pessoas com deficiência) assim podemos dizer que há diferentes mapas que definem o território da cidade. Toda mulher aprende desde a infância, quais são os locais e horários em que não podem fazer uso da cidade (SARMENTO; BANKHARDT, 2020, p.87).

A fundamentação da racionalização social, juntamente ao espaço construído, é apoiada na dicotomia entre espaço público e privado, trabalho e casa, centro e periferia – a qual estabelece lógicas de divisões e limites antagônicos para cada cidadão e cidadã, impondo um papel social pré-definido. Às mulheres foi destinada a esfera privada e doméstica, não-remunerada, conferindo aos homens poder financeiro e a desejada posição de dominação. Uma vez suprimido o direito econômico, instrumento básico para se viver em um sistema capitalista, é negada também a sua participação na vida pública. Tais imposições passam a ser de difícil desconstrução, segundo Anklan e Pereira (2019), pois são fortemente reproduzidas de maneira inconscientemente naturalizadas.

O meio urbano, assim, reverbera as gerações de dominação masculina sobre o corpo feminino, tipificado por agressores e vítimas de um sistema consolidado na história da sociedade (ANKLAN; PEREIRA, 2019). A vulnerabilidade e o medo são vividos pelo corpo feminino que, por estes sentimentos que o bloqueiam socialmente, é impossibilitado de percorrer ou estar onde se deseja ou precisa. Sentimento este descrito pela geógrafa Leslie Kern:

Como mulher, minhas experiências urbanas cotidianas são profundamente ligadas ao gênero. Minha identidade de gênero molda como me movo pela cidade, como vivo minha vida no dia-a-dia e as opções disponíveis para mim. Meu gênero é mais do que meu corpo, mas meu corpo é o local da minha experiência vivida, onde minha identidade, história e os espaços em que vivi se encontram, interagem e se escrevem na minha carne (KERN, 2020, p.16, tradução nossa).

Logo, ao circular pelo espaço público a mulher encontra obstáculos que silenciam suas demandas e impedem sua plena vivência. A insegurança é alimentada pelo imaginário social, no sentido de que o mal temido é causado por outra pessoa, de acordo com Isabela Peccini (2019), sendo reforçado pelo espaço urbano e seus elementos. Nessa linha, Silva, Nór e Santos (2019) defendem que a perspectiva de gênero aplicada ao urbanismo se estende à experiência. Isto porque a cidade é lida pelo corpo, a chamada *corpografia*

urbana. Censurar o corpo se equivale a limitar uma existência, pois lhe é limitado a memória urbana e sua experiência na cidade vivida.

O corpo que experimenta efetivamente a cidade pode ser visto enquanto uma forma de resistência à espetacularização urbana, uma vez que as *corpografias urbanas* (ou seja, estas cartografias da vida urbana inscritas no corpo do habitante ou do errante) revelam ou denunciam o que o projeto urbano exclui. Ou seja, mostram tudo o que escapa ao projeto tradicional explicitando as micro práticas cotidianas do espaço vivido, as apropriações diversas do espaço urbano que não são percebidas pelas disciplinas urbanísticas hegemônicas (SILVA; NÓR; SANTOS, 2019, p. 175-176).

No sentido de relação de poder, são invalidadas a legitimidade da ação política das mulheres e todas as minorias sociais, resultando então em um padrão de cidade nas mãos do Estado e de grupos dominantes, o que posiciona o urbanismo como instrumento político controlável. Segundo Marcelo Souza e Glauco Rodrigues (2004, n.p), “em uma sociedade capitalista, o planejamento e a gestão tendem a ser conservadores - isto é, a conservar a ordem econômica e política atual -, uma vez que o Estado tende a ser controlado pelas classes dominantes”.

Uma vez que o desenho urbano reflete toda influência do meio sociocultural, consequentemente é favorecida a reprodução da cultura sexista que reduz direitos e a própria existência. Por serem os espaços públicos, segundo a arquiteta Ana Luiza Pacheco (2019), representações das relações sociais refletidas nas desigualdades socioespaciais emergentes do capitalismo, a opressão e a hierarquização entre homens e mulheres são cicatrizes sociais profundas e impactam a gestão e a produção urbana até a atualidade.

O objetivo deste artigo é de pontuar a importância do envolvimento das mulheres e dos movimentos feministas no planejamento urbano, visto que, embora designadas na esfera privada, logo privadas da participação pública e em um posicionamento doméstico sem poder perante o sistema capitalista, se mantiveram ativas e lutando durante a história. Embasado no método qualitativo, foi levantada uma vasta bibliografia, incluindo pesquisas nacionais e internacionais, como Leslie Kern e Natalia Czytajlo, e de gama diversificada de áreas de trabalho – arquitetura e urbanismo, geografia, sociologia, história, entre outras.

HISTORICIDADE E A RELAÇÃO DO ESPAÇO URBANO COM A MULHER

Em sua etapa expansiva, o regime capitalista abriu fronteiras no território, formando uma mancha urbana horizontal, no contexto de um regime fundiário excludente. Essa dinâmica, por sua vez, está atrelada ao corpo da mulher devido a segregação urbana que resulta em processos de gentrificação. A não universalização dos direitos sociais fez do acesso a territorialidade e às infraestruturas urbanas artefato seletivo, segundo a arquiteta Luciana Itikawa (2019). Embasado nesta lógica, Monteiro e Medeiros dissertam:

O modelo de cidade imposto a partir de um processo definido pela falta de transparência, práticas coercitivas e justificativas questionáveis, legitimadas

a partir de discurso técnico que dissimula as razões políticas, econômicas e ideológicas das ações do poder público, constitui um campo de conflitos sociais urbanos que compreende tanto a disputa simbólica do ideal de cidade, quanto a disputa pelo território e o direito à moradia (MONTEIRO; MEDEIROS, 2019, p.85).

Através dessa mesma ótica, o mercado incita as demarcações de segregação racial, de classe, de gênero, entre tantas outras, quando assume formas políticas, organizacionais e espaciais. Baseado no modelo de reprodução de equipamentos públicos, áreas de lazer, saneamento básico, manutenção e serviços pensados e distribuídos de formas diferentes para cada parte da cidade, valorizando ou desvalorizando a área – sobretudo as áreas de exclusão urbanística, à margem da cidade, onde se tornam invisibilizadas.

O desenvolvimento urbano, então, é estagnado em certas regiões, especialmente nas áreas periféricas, onde rege a desorganização espacial e social, pois ocorre a ocupação majoritariamente irregular por parte da população de baixa renda, pelo seu distanciamento com o ponto central urbano. Assim, a divisão entre áreas residenciais e o centro, onde se concentram os serviços e as atividades produtivas, onera o cotidiano das mulheres.

(...) a cidade está à venda e é marcada pela segregação, que acontece fisicamente por muros, grades, pontes, placas; de forma abstrata, pela divisão de territórios diferentes por classes sociais, cor, gênero, idade; e também por funções, espaço do trabalho, da moradia, do lazer (PACHECO, 2019, p.47).

Constata-se então que o direito à cidade e os direitos sociais não alcançam os setores mais vulneráveis da cidade, em especial as mulheres, indígenas, negras e periféricas. “No caso de São Paulo, os incômodos e descasos ficam nas bordas, nas periferias” (ITO, 2017, n.p), representando obstáculos de vivências principalmente nos meios de transporte público, vias públicas e espaços públicos – essenciais acessos urbanos. Dessa forma, a lógica do planejamento urbano, somada às opressões de gênero, raça e classe social, dificultam a qualidade de vida das mulheres que ali residem em todos os seus aspectos. A respeito dessa vulnerabilidade, Natalia Czytajlo discorre:

A vulnerabilidade aumenta no caso de mulheres de grupos sociais com menor poder social e se evidencia no território, com desigualdades no acesso à propriedade e condições de moradia, mercado de trabalho e renda (acesso a recursos), e também com desigualdade de acesso à cidade, enquanto no domicílio persistem maiores responsabilidades - cuidados e tarefas diárias (CZYTAJLO, 2020, p.46, tradução nossa).

Em vista disso, foi realizada uma análise fundamentada pela *Interseccionalidade*, por esta linha considerar especificamente a forma pela qual o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002). Para Kern (2020, p.23, tradução nossa), “a Interseccionalidade levou a uma mudança radical em como o feminismo entendia as relações entre vários sistemas de privilégio e opressão”.

Percebe-se sua complexidade pois o espaço privado, teoricamente designado à mulher, não é destinado a *qualquer* mulher. “Mulheres negras sempre estiveram trabalhando no espaço público, mas não seriam dignas da família do espaço privado burguês” (PECCINI, 2019, p.66).

(...) a construção social e cultural do que é feminino e masculino nos é imposta como um padrão natural. Esses padrões são construídos, reforçados ou desconstruídos pela forma como se organizam as sociedades ao longo da história e estabelecidos desde o nascimento de meninas e meninos. (...) Se, além de patriarcal a sociedade é também racista, haverá uma construção de papel social que se difere entre mulheres brancas e negras, mas que estão ainda sendo pautadas por um comportamento ideal (PECCINI, 2019, p.63).

Em diferentes momentos históricos ocorreu a implicância direta do mercado sobre a vida da população humilde, especialmente na vida das mulheres deste contexto social. Com o advento da urbanização e industrialização, a vida feminina ganha novas dimensões, em que “a participação feminina no trabalho assalariado é temporária, cadenciada pelas necessidades da família, a qual comanda, remunerada com um salário de trocados, confinada às tarefas ditas não-qualificadas, subordinadas e tecnologicamente específicas” (PERROT, 1988, p.186). Entretanto, para as mulheres de baixa classe social e em sua maioria negras, a busca por trabalho e habitação é traço recorrente.

Desde o século XIX, segundo Pelegrino (2006), elas já exerciam funções como lavadeiras, costureiras, doceiras e empregadas domésticas. “O trabalho é fonte de renda e, necessariamente, determina as possibilidades de acesso a bens materiais, dentre as dimensões culturais, simbólicas e sociais” (PELEGRINO, 2006, p.181). Dessa maneira, formas de exclusão social no meio urbano são exploradas, visto que as mulheres negras e indígenas se tornam pouco presentes na cena política – logo, pública.

Das mulheres das classes sociais mais altas, emaranhadas nas diversas camadas de tecido que compunham suas vestimentas, temos a imagem mental do garboso cavaleiro que retira sua jaqueta para permitir sua passagem nas ruas enlameadas. Das mulheres trabalhadoras não há uma imagem mental tão clara, mas certamente sempre arrastaram suas saias na lama e na fuligem. E embora certamente tenham vivenciado a intensificação dos estímulos nervosos diante do vigoroso ritmo da metrópole em transformação, é pouco provável que tenham conseguido assumir uma atitude *blasé* em seus trajetos (MONTEIRO; MEDEIROS, 2019, p.83).

O processo se repete ao longo dos anos, mas se repete juntamente a resistência destas mulheres, se opondo ao seu lugar e papel designados. As mulheres se organizaram em associações, produzindo uma influência direta na vida pública. Para Michelle Perrot (1988), a participação efetiva da mulher está no povo. Quando elas se encontram presentes na cidade, nos bairros, enfrentando todos os “elementos que não lhe são familiares: a produção, o salário, a fábrica” (PERROT, 1988, p.199-200). Mesmo enquanto eram excluídas econômica e socialmente pela burguesia da época, de acordo com Sarmiento

e Bankhardt (2020), as mulheres participavam ativamente dos confrontos e reivindicavam soluções para questões econômicas, exigindo os seus direitos, como o acesso à educação e ao trabalho. Perrot, nesta perspectiva, explica:

Os motins por alimentos, grande forma de motim popular ainda no século XIX, são quase sempre desencadeados e animados pelas mulheres (...). Nesses motins, as mulheres intervêm coletivamente. Nunca armadas, é com o corpo que elas lutam, rosto descoberto, mãos à frente (...) mais interessadas em ridicularizar do que ferir. Mas usam principalmente a voz (PERROT, 1988, p.193-194).

Por sua vez, quando a classe operária reivindica o acesso à esfera política, reproduz o modelo burguês, dessa vez excluindo as mulheres. O público, palco dos assuntos políticos, estruturou-se em um caráter masculino. “Ao final foram eles, os homens, favoráveis a volta do grupo feminino às questões domésticas, reforçando o antigo ideal da natureza feminina”, expõe Sarmiento e Bankardt (2020, p.90).

As mulheres passaram a disputar um lugar no espaço público, em que as desigualdades de gênero, etnia e classe colidem (SUMI, 2018). Dessas percepções insurgiu a chamada **primeira onda do feminismo**, que teria ocorrido em fins do século XIX e início do século XX. O movimento, a partir daí, passa a representar-se como político coletivo, centralizando a luta por direitos iguais entre homens e mulheres e assegurando-se em vertentes liberais.

Apesar da participação de muitas operárias na luta, que somavam denúncias sobre as condições de exploração do trabalho e do assédio sexual no interior das fábricas nas reivindicações, o movimento tinha como principais lideranças mulheres acadêmicas, das classes médias e médias altas urbanas (SILVA; FARIA; PIMENTA, 2017, p. 4).

No Brasil, esse movimento ocorre na década de 1910 a 1920, em que representantes da fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino lutaram pelo seu direito à voto, conquistado apenas em 1932. “As mulheres operárias anarquistas tiveram um papel de destaque nesse processo, pautando as péssimas condições de trabalho e constituindo organizações de luta como a ‘União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas’” (SILVA; FARIA; PIMENTA, 2017, p. 4).

A **segunda onda do feminismo**, sucedida entre os anos de 1960 e 1970, favoreceu uma produção teórica e novas práticas políticas do feminismo em diversos países. Foi identificado o conceito de *patriarcado*¹ e o movimento assumiu uma postura radical – partindo da ideia que *o pessoal é político*, percepção que critica as características e diferenças construídas entre os gêneros. Isto se demonstra, de acordo com Silva, Faria e Pimenta, (2017), por exemplo, na opressão das mulheres que acontece sob o privado, invisibilizando o trabalho doméstico e naturalizando a violência machista nas relações pessoais.

¹ Define-se, de acordo com a perspectiva weberiana (de Max Weber), por um regime de dominação-exploração em que se autentica uma estrutura de poder, favorecendo o sexo masculino, baseada tanto na ideologia quanto na violência, são criadas imposições de poder a fim de preservar os padrões de autoridade e subordinação.

As reivindicações e demandas feministas propunham outras lógicas e propostas políticas, segundo Curiel (2009), que incluíam as afrodescendentes, as lésbicas, as pós-colonialistas, as multiculturalistas, entre outras, o que englobou diversas perspectivas em relação à subordinação das mulheres.

(...) se entendemos o feminismo como toda luta de mulheres que se opõem ao patriarcado, teríamos que construir sua genealogia considerando a história de muitas mulheres em muitos lugares-tempo. Este é para mim um dos principais gestos éticos e políticos de descolonização do feminismo: retomar distintas histórias, pouco ou quase nunca contadas (CURIEL, 2009, p. 1, tradução nossa).

Grande parte da América Latina, nesta época, estava enfrentando ditaduras militares. Os movimentos sociais e progressistas sofriam na clandestinidade e lutavam contra as autoridades. “As mulheres militantes das organizações políticas se engajaram nesse processo sendo um grande contingente das mortas e desaparecidas dos regimes” (SILVA; FARIA; PIMENTA, 2017, p. 6). A luta feminista brasileira se esforçava para posicionar a mulher constitucionalmente como sujeito de direitos, questão vinculada ao direito à terra e à moradia. A luta contra o despejo de favelas, o alto custo de vida, defesa da infância, demandas por infraestrutura básica e creches, demonstra a materialidade da desigualdade de gênero e sua intrínseca relação com a cidade.

Com a união das diferentes entidades e pós 1964, o movimento ganhou maior força e articulou uma participação popular heterogênea, que nitidamente questionava o caráter excludente das cidades brasileiras, vendo a casa como constituinte do corpo da cidade. É nesse cenário que ocorrem as lutas políticas pelo direito à cidade (SUMI, 2018, p.75).

A consolidação de um movimento feminista brasileiro com caráter similar à postura das feministas da segunda onda, ou seja, questionador à subordinação social perante o homem, com o objetivo de exigir a autonomia individual e direitos iguais em diversos âmbitos, esboçou-se a partir dos anos 1970 “quando grupos de mulheres e movimentos pró-igualdade de gênero começaram a tomar cada vez mais espaço na luta contra a opressão feminina” (PACHECO, 2019, p.52). Simultaneamente à luta pela democracia brasileira, as mulheres da periferia organizaram um movimento que originou sindicatos e outras organizações que, ao se institucionalizarem, foram dirigidas por homens – o que causou mais uma vez o silenciamento das vozes feministas e suas reivindicações como creches, educação e saúde básica.

As mulheres foram incorporadas às organizações de esquerda durante a ditadura militar, contudo essas organizações absorveram a mulher militante sob a lógica do sexismo e da divisão sexual das funções sociais. (...) as mulheres puderam sentir as discriminações, efetivadas tanto por meio da superproteção, quanto pela subestimação de sua capacidade física e intelectual (MONTEIRO; MEDEIROS, 2019, p.77).

Após a queda da ditadura militar brasileira, apoiada por greves e movimentos

estudantis que geraram essencial mobilização popular, consolidaram-se também os primeiros coletivos de mulheres negras, fundamentados pelo feminismo negro, e a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 1985. Conquistas estas que abriram um espaço de debate na sociedade civil, no intuito de articular políticas públicas para as mulheres, na medida que se enfrentam as discriminações e desigualdades de gênero por meio do reconhecimento por parte do Estado. O CNDM, juntamente com movimentos de mulheres e feministas, fomentou a luta por direitos da mulher durante o processo de redemocratização política, de acordo com a historiadora Kerley Amâncio.

Já na sua primeira gestão, de 1985 a 1989, atuou na Campanha pela Constituinte juntamente com os movimentos de mulheres e feministas, reivindicando a inclusão de mais direitos das mulheres na nova Constituição. É possível inferir que este órgão fomentou a luta por direitos da mulher durante o processo de redemocratização política, atuando como mediador entre os movimentos de mulheres e os parlamentares constituintes (AMÂNCIO, 2013, p.76).

O CNDM promoveu a participação das mulheres no debate Constituinte, realizando encontros, palestras e reuniões, visando à constituição de uma plataforma política que olhasse para as reivindicações femininas. Em 1985, lançou a campanha “Mulher e Constituinte”, segundo Amâncio (2013), a qual resultou em uma intensa mobilização de mulheres e em uma carta proposta que contivesse as reivindicações feministas, denominada de **Carta das Mulheres aos Constituintes**, entregue ao Congresso em março de 1987.

(...) a carta continha propostas para educação, saúde, etc. tais como o ensino com ênfase na igualdade entre os sexos, visando eliminar discriminações e a elaboração de programas governamentais voltados à Saúde da Mulher. Acreditavam que uma verdadeira democracia deveria contemplar os direitos das mulheres e reconhecer sua participação na sociedade e não reconheciam mais a vida privada como única perspectiva de atuação na sociedade (AMÂNCIO, 2013, p.78).

Esse movimento permitiu que as mulheres tomassem consciência de sua força diante do cenário político e resultou no reconhecimento do direito das mulheres na própria Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada no ano de 1988. As mulheres brasileiras conseguiram aprovar mais de 80% de suas demandas, segundo Amâncio (2013). Nesse sentido, Pintaguy, Barsted e Miranda explicam:

(...) a Constituição Federal de 1988, que ampliou os direitos individuais e sociais e consolidou a cidadania das mulheres no espaço público e na vida familiar, assegurou os direitos das mulheres nos campos: da saúde, incluindo a saúde sexual e reprodutiva; da segurança; da titularidade da terra e do acesso à moradia; do trabalho, renda e da Previdência Social; do acesso aos direitos civis e políticos. Além disso, reconheceu as questões relativas à discriminação racial no Brasil (PINTAGUY; BARSTED; MIRANDA, 2006, p.12).

Pela primeira vez na história constitucional brasileira, é consagrada a igualdade entre homens e mulheres. A inclusão da questão de gênero na agenda governamental

ocorre juntamente ao processo da democratização, ao incluir novos atores no cenário político e, conseqüentemente, novos temas na agenda políticas. A década de 90 introduziu importantes convenções a favor dos direitos das mulheres além da formação de ONGs, redes nacionais, articulações de mulheres, trabalhadoras rurais, soropositivas, dos movimentos pelo reconhecimento dos direitos sexuais das lésbicas e de outras formas de organização da sociedade civil (PINTAGUY; BARSTED; MIRANDA, 2006). As mulheres passaram a somar nas atividades remuneradas, porém a dinâmica familiar da esfera privada foi mantida. Não foi repensado, no entanto, o acúmulo das responsabilidades, o que representou uma sobrecarga para aquelas que também realizam atividades econômicas.

Com a consolidação no capitalismo neoliberal, as mulheres passaram a exercer duplas ou triplas jornadas de trabalho, variando entre mercado de trabalho e meio doméstico, dificultando sua vivência, acentuada para mulheres negras e periféricas. No meio urbano, elas traçam sua vivência como passagem entre casa e fábrica ou empregos informais, enfrentando inseguranças e precariedades. Morar de aluguel ou de favor e em distantes periferias restringe as condições de acesso ao emprego e aos serviços públicos básicos, tais como creches, escolas e postos de saúde.

(...) além do fato da sobrecarga de afazeres, seus percursos e trajetos na cidade são mais diversificados o que faz com que o desenho da cidade racionalista projetada para o fluxo produtivo e com prioridade ao uso dos carros, não atenda suas necessidades cotidianas. Assim, as mulheres enfrentam dificuldades em relação a mobilidade urbana (SARMENTO; BANKHARDT, 2020, p.97).

Os longos percursos significam mais que distância. Representam um tempo maior de exposição vulnerável, principalmente em regiões distantes do centro, que carecem de infraestrutura urbana. “O fato de não se investir nas soluções para as demandas das mulheres significa que, apesar da inserção massiva desse grupo no mercado de trabalho e no espaço público, a cidade não se preparou para recebê-las” (SARMENTO; BANKHARDT, 2020, p.98). A ausência de parâmetros para repensar a justiça urbana demonstra que, apesar de o direito à reunião e à manifestação ser garantido na Constituição Brasileira, as mulheres ainda estão em um contexto de segregação e desigualdade. Refletidas nas divergências socioespaciais emergentes do capitalismo contemporâneo, pode-se afirmar então que a opressão e a hierarquização causam grandes impactos na produção do espaço público.

PLANEJAMENTO URBANO PARTICIPATIVO E O MOVIMENTO FEMINISTA

Parte da população, mesmo no século XXI, questiona o direito de ir e vir feminino, aliado a construção de um contexto psicológico de culpa da mulher frente às suas violências. O movimento feminista se posiciona contra essa perspectiva, a fim de que as mulheres consigam ter o acesso completo à cidade. Nas zonas periféricas da cidade, onde

se encontram barreiras de vivência urbana consideravelmente acentuadas, estão também localizados o maior número de coletivos e organizações a favor do movimento feminista e de suas causas.

A cidade tem se constituído ao longo do tempo em espaço profícuo para a explicitação das diferenças. As diferenças decorrem, primeiramente, da sua localização no urbano. Ou seja, aqueles que estão e agem no palco e, aqueles que porque excluídos, agem nos bastidores. Esta localização é determinada pela possibilidade de acesso aos bens e serviços produzidos na cidade. Sendo invariavelmente associada à formação histórica de pobres e ricos, é fácil constatar a trajetória sistemática de negação da cidade às classes populares (PELEGRINO, 2011, p.240).

Protagonizado em sua maioria por mulheres negras em situação social vulnerável, o movimento feminista periférico se orienta a favor da luta pelos direitos sociais. Diversas associações periféricas autodenominadas *Associações de Mulheres* têm suas atividades voltadas para os direitos da criança e do adolescente ou os direitos dos idosos. Ainda, há situações em que a ação de movimentos autointitulados de *Movimento de Mulheres* se orienta para a luta dos direitos sociais de um modo amplo, incluindo luta por moradia, creche, postos de saúde e outras melhorias urbanas, se relacionando mais profundamente com movimentos populares urbanos – os quais são, em sua maioria, compostos por mulheres (MEDEIROS, 2017). Nesse sentido, a atuação desses coletivos rompe com os antigos padrões e dá espaço a novas formas de organização, como bem colocado por Czytajlo:

Os processos (...) são inovadores na medida em que constituem novas referências e rompem com o que existe, ponto de partida para transformações e criações. As experiências citadas implicam em novos espaços e atribuições que por meio de ações concretas ganham novos significados, muitas vezes subversivos, modos de organização de inconformidades e rebeliões, contribuições e inovações para o desenvolvimento pessoal e social. As ações coletivas conseguem construir novas formas de organização do espaço, novas formas de territorialidade, ao mesmo tempo que desafiam as atuais estruturas de dominação (CZYTAJLO, 2020, p.55, tradução nossa).

As geografias feministas demonstram que o espaço urbano transmite símbolos e reproduz padrões simbólicos de incidência social, apoiados em questões políticas e econômicas que conduzem como esse espaço será ocupado. Por isso a importância de uma gestão pública que englobe uma participação diversa, contando com agentes sociais e institucionais que incorporariam as visões e vivências de cada grupo, a fim de coordenar o espaço de maneira mais inclusiva. Afinal, “garantir o acesso democrático aos espaços de poder (...) é dar essas pessoas o direito de fala, salientando que ‘o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir’” (RIBEIRO, 2017, p. 66 *apud* TIBURI, 2018, p. 105).

As mulheres são a maioria nos movimentos feministas e populares, os quais lutam por melhores condições de vida e trabalho, nas redes e fóruns transversais que

ultrapassam as fronteiras nacionais, de acordo com Sumi (2018). A ideia de liberdade do cidadão envolve a participação do indivíduo na esfera política e, segundo Pitanguy (2011), a participação ativa feminina demarca um caminho de superação social. “As mulheres têm advogado por seus direitos no âmbito do trabalho, da família, da garantia de seus direitos sociais, pela titularidade da terra, participação política, educação não sexista” (PITANGUY, 2011, p.39). Dessa forma, é essencial que as mulheres sejam ouvidas na esfera pública e participem ativamente no desenho e construção das políticas urbanas.

O espaço social corresponde à condição de classe, que constitui o espaço material; mas também se relaciona com o mundo do sujeito, a autonomia dos agentes individuais e sociais nos processos de reprodução social, dimensões da identidade pessoal e social. A construção da territorialidade implica considerar o espaço geográfico como um espaço social em permanente e acelerada transformação, dinâmico, mutante, em relação ao dinamismo e às mudanças sociais que ocorrem e aos processos de apropriação (CZYTAJLO, 2020, p.43, tradução nossa).

Com a contribuição do movimento feminista, Czytajlo (2020) pontua que se avançou a construção de uma perspectiva proposicional voltada para a titularidade dos direitos e a autonomia das mulheres como base para a igualdade de gênero e o desenvolvimento sustentável. “A perspectiva de gênero tem um valor político e teórico. Político, pela capacidade de transformação, e teórico, pela necessidade de construir argumentos e conhecimentos para promover essa ação política necessária” (CZYTAJLO, 2020, p.56, tradução nossa). Sob essa perspectiva, significa o comprometimento pela igualdade a fim de alcançar um fortalecimento social e uma sociedade mais justa para as mulheres e que essas conquistas são relacionadas a questões políticas e produz resultados democráticos e coletivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, o conceito inicial do planejamento urbano foi de ser elaborado por quem detinha o poder e resultava, teoricamente, em resoluções para a cidade como um todo. Entretanto, quem estava fora da esfera de decisão política não recebia um efetivo retorno, muito menos respostas aos problemas públicos e urbanos.

Por mais que esse contexto significasse a exclusão das mulheres, estas se mantiveram ativas por meio de manifestações e organizações, forçando que suas pautas fossem atendidas e relevantes às questões públicas. O movimento feminista, como exposto, desde o início do século XX luta por melhores condições e efetiva participação nas decisões. Atualmente, em esfera nacional, se atribuiu a concepção de planejamento participativo, nos quais são convidadas associações e organizações para integrar órgãos consultivos em que as prefeituras tomam conhecimento das necessidades e demandas da população, de acordo com Souza e Rodrigues (2004).

(...) o ato (o processo) de se planejar uma cidade deve ser algo essencialmente distinto: os próprios cidadãos devem poder decidir sobre os destinos dos espaços em que vivem, por meio de debates livres, abertos e transparentes. Os técnicos e estudiosos (isto é, aqueles que dedicaram anos de sua vida profissional a analisar as causas dos problemas urbanos e os meios de superá-los) podem e devem participar, mas na qualidade de “consultores populares” que possam aconselhar, principalmente, quanto aos meios, cabendo a discussão e a decisão políticas sobre os fins aos próprios cidadãos, não a uma instância de poder que decida por eles e delibere em seu nome (SOUZA E RODRIGUES, 2004, n.p).

Partindo então desse meio de participação, é essencial a inclusão das pautas feministas no planejamento urbano, visto que a trama das relações sociais de gênero constitui uma questão cultural construída no processo histórico. O fato de ser mulher, com todas as imposições e encargos da sociedade, interfere diretamente em sua acessibilidade, mobilidade e utilização do espaço público e privado, de acordo com Sarmiento e Bankhardt (2020). Desta forma, o gênero, de acordo Czytajlo (2020), é caracterizado como ferramenta política, a qual permite compreender a construção das identidades, dos marcos dos processos sociais onde as desigualdades e injustiças territoriais e espaciais se constroem e questiona o predomínio de uma sobre as outras. Assim, Czytajlo (2020) explica uma forma de abordagem de gênero no urbanismo e comenta sobre as diversas dimensões que a entrecruza:

A abordagem da articulação de gênero e espaço envolve a análise de diferentes elementos onde dimensões e esferas se cruzam: i) uma esfera material, o que implica, a partir da leitura da intersectorialidade, tornar visíveis as desigualdades de acesso a bens e oportunidades de emprego. ; ii) uma esfera simbólica, que desvenda sistemas e construções discursivas, representações sociais sobre identidade de gênero; iii) uma esfera política, que analisa as relações de poder, dominação e resistência e a apropriação de diferentes sujeitos, a(s) territorialidade(s) (CZYTAJLO, 2020, p.42, tradução nossa).

A participação diversa da série de agentes sociais e institucionais, por meio da gestão participativa, pode ser uma chave importante para gerar espaços mais inclusivos, além de explorar o rompimento da naturalização de violências, segundo Arklan e Pereira (2019). Somando, Kern (2020) discorre ainda como seria a inclusão para com as mulheres, neste sentido:

Fazer “perguntas de mulheres” sobre a cidade significa perguntar muito mais do que sobre gênero. Tenho que perguntar como meu desejo por segurança pode levar a um policiamento cada vez maior de comunidades negras. Tenho que perguntar como a minha necessidade de acesso ao carrinho de bebê pode funcionar em solidariedade com as necessidades das pessoas com deficiência e idosos. Tenho que perguntar como meu desejo de “reivindicar” o espaço urbano para as mulheres poderia perpetuar práticas coloniais e discursos que prejudicam os esforços dos povos indígenas para recuperar as terras tomadas e colonizadas. Fazer esse tipo de pergunta requer uma abordagem interseccional e algum nível de autorreflexão sobre minha própria

posição (KERN, p. 24, 2020, tradução nossa).

Conclui-se, então, que o planejamento urbano, além de participativo, deve incluir os demais sujeitos no estudo da cidade. Deve-se considerar a variação da norma, em que quem está a margem se torne o centro (KERN, 2020), especialmente as mulheres. A capacitação feminina de autorrepresentação em decisões políticas que impactam o espaço urbano é pauta de uma luta histórica, na busca da desconstrução de papéis impostos e para que a cidade seja, também e finalmente, delas.

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, Kerley Cristina Braz. “Lobby do Batom”: uma mobilização por direitos das mulheres. **Revista Trilhas da História**. Três Lagoas, v.3, nº5 jul-dez, 2013, p.72-85.

ANKLAM, Luísa Mantelli; PEREIRA, Renata Caetano. Arquitetura e a caça às bruxas: mecanismos para subversão da cultura de violência contra a mulher. **Pixo – Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade** nº 10, v.3, p.128-139, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao Gênero. **Revista Estudos Feministas**, ano 10, 2002.

CURIEL, Ochy. Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde América Latina y el Caribe. **Primer Coloquio Latinoamericano sobre Praxis y Pensamiento Feminista**, Buenos Aires, jun. 2009.

CZYTAJLO, Natalia. Gênero, ciudad y violencia(s). Territorialidades y cartografías emergentes. **Revista Nodo**, 14(28), p. 41-57, 2020.

ITIKAWA, Luciana. *et al.* Mapeando a violência contra a mulher: a velha e a nova fronteira urbana, o corpo feminino. **Labcidade**, São Paulo, ago. 2019. Disponível em <<http://www.labcidade.fau.usp.br/mapeando-a-violencia-contr-a-mulher-a-velha-e-a-nova-fronteiraurbana-o-corpo-feminino>> Acesso em: 12 jun. 2021.

ITO, Carol. A Cidade Ideal das Mulheres. **Revista TPM**, São Paulo, abr. 2017. Disponível em <<https://revistatrip.uol.com.br/tpm/arquitetura-e-planejamento-urbano-a-cidade-ideal-dasmulheres>> Acesso em 10 jun. 2021.

KERN, Leslie. **Feminist City: Claiming Space in a Man-Made World**. Ed. Verso, 2020.

MEDEIROS, Jonas Marcondes Sarubi de. **Movimentos de Mulheres Periféricas na Zona Leste de São Paulo: ciclos políticos, redes discursivas e contrapúblicos**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

MONTEIRO, Poliana Gonçalves; MEDEIROS, Mariana Gomes Peixoto. Ser mulher na cidade é lutar: remoções e luta pela moradia no Rio de Janeiro. **Pixo – Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade** nº 10, v.3, p. 74-93, inverno de 2019.

PACHECO, Ana Luiza. A luta por uma cidade feminista: uma análise da opressão feminina sob um viés marxista. **Pixo – Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade** nº 10, v.3, p. 46-55, inverno de 2019.

PECCINI, Isabela Rapizo. Pensamento feminista no planejamento urbano: pensar o território pela perspectiva de gênero – prática e epistemologia. **Pixo – Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade** n° 10, v.3, p. 56-73, inverno de 2019.

PELEGRINO, Ana Izabel de Carvalho. As mulheres e o cotidiano urbano no Brasil. **O Progresso das Mulheres no Brasil**. UNIFEM, Fundação FORD, CEPIA. Brasília, 2006.

_____. A cidade e a mulher: desafios cotidianos e direitos sociais. **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PITANGUY, Jacqueline. *Advocacy*: um processo histórico. **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

PITANGUY, Jacqueline; BARSTED, Leila Linhares; MIRANDA, Dayse. Um instrumento de conhecimento e de atuação política. **O Progresso das Mulheres no Brasil**. UNIFEM, Fundação FORD, CEPIA. Brasília, 2006.

SARMENTO, Daniela Pareja Garcia; BANKHARDT, Flávia Andressa. Cidades inclusivas para as mulheres: da história das mulheres às transformações no espaço da cidade. **Revista Nodo**, 14(28), 2020, p. 86-102.

SILVA, Natália Alves da; FARIA, Daniela; PIMENTA, Marília. **Feminismo e o espaço urbano**: apontamentos para o debate. XVII ENANPUR. São Paulo, 2017.

SILVA, Celia Regina da; NÓR, Soraya; SANTOS, Rodrigo Gonçalves. Caminhar, escrever e cartografar: pronunciando a cidade no feminino. **Pixo – Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade** n° 10, v.3, p. 174-185, inverno de 2019.

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, edição Kindle, 2004.

SUMI, Camilla Massola. **A Cidade na Perspectiva do Gênero**: as políticas públicas urbanas 1990-2015 em São Paulo/SP. Tese (Mestrado em Arquitetura, Tecnologia e Cidade) – UNICAMP, Campinas, 2018.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

CAPÍTULO 2

A MORFOLOGIA DA PRAÇA SÃO SALVADOR EM CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ): OS ASPECTOS VISÍVEIS E INVISÍVEIS DE SUA TRANSFORMAÇÃO HISTÓRICA

Data de submissão: 07/11/2022

Data de aceite: 02/01/2023

Jasmine Andrade Sanz

Instituto Federal Fluminense (IFF)
Campos dos Goytacazes – RJ
<http://lattes.cnpq.br/3341371139399439>

RESUMO: Este artigo foi apresentado no 16º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo (SCHU), que ocorreu no ano de 2021, compondo o eixo temático: cidades, memórias e arquivos. A pesquisa que originou o presente estudo foi desenvolvida durante a realização da minha dissertação de mestrado e integra o primeiro capítulo desse trabalho, no qual investigo as diversas camadas temporais que compõem a Praça São Salvador, na cidade de Campos dos Goytacazes (RJ). A relevância deste estudo recai na compreensão de que o ambiente dessa praça pode ser analisado à luz de um processo que extrapola os seus limites físicos. Reconstituímos a morfologia da praça por meio de imagens, documentos e pesquisa bibliográfica e verificamos que a sua configuração está intimamente conectada à história da cidade, aos seus processos sociais e culturais. Mais que mera paisagem estática e inerte, a Praça São Salvador é um organismo em constante

transformação, um espaço social que representa a cidade em que se situa e dá forma às qualidades invisíveis do processo de sua construção, mostrando-nos por meio de suas materialidades os significados e as expressões típicas de cada período vivenciado em seu ambiente urbano.

PALAVRAS-CHAVE: Praça São Salvador; Campos dos Goytacazes; morfologia urbana.

THE MORPHOLOGY OF THE SÃO SALVADOR SQUARE IN CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ): THE VISIBLE AND INVISIBLE ASPECTS OF ITS HISTORICAL TRANSFORMATION

ABSTRACT: This paper was presented at the 16º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo (SHCU), which took place in the year 2021, composing the thematic axis: cities, memories and archives. The research that originated this article was developed during the course of my master's dissertation and is part of the first chapter of this work, in which I investigate the different temporal layers that make up Praça São Salvador, in the city of Campos dos Goytacazes (RJ). The relevance of this

study lies in the understanding that the environment of this square can be analyzed in the light of a process that goes beyond its physical limits. We reconstituted the square's morphology through images, documents and bibliographic research and we verified that its configuration is closely connected to the city's history, to its social and cultural processes. More than a mere static and inert landscape, Praça São Salvador is an organism in constant transformation, a social space that represents the city in which it is located and gives shape to the invisible qualities of its construction process, showing us through its materialities the meanings and expressions typical of each period experienced in its urban environment.

KEYWORDS: São Salvador Square; Campos dos Goytacazes; Urban morphology.

INTRODUÇÃO

Este artigo corresponde ao primeiro capítulo de minha dissertação de mestrado, a qual tratou dos contemporâneos usos e sentidos conferidos à Praça São Salvador, localizada no centro da cidade de Campos dos Goytacazes (RJ). Inicialmente, a ideia de escrever sobre a história dessa praça ocorreu-me mais por uma inquietação pessoal que por necessidade teórica para a investigação que me propusera a fazer. Logo percebi que, mesmo vivendo em Campos dos Goytacazes durante boa parte de minha vida, desconhecia completamente a história deste local, presente no imaginário de todos os seus moradores. Para mim seria impossível falar sobre a praça do presente sem conhecer a do passado.

Iniciei uma investigação desvinculada da pesquisa de dissertação, somente para satisfazer minha própria curiosidade e enfrentei dificuldades em encontrar artigos ou textos que apresentassem de forma sistematizada o processo de transformação da Praça São Salvador ao longo do tempo. Percebendo que entre as formas plásticas por ela ostentadas e os usos comportados ao longo de sua história existia uma forte relação, encontrei um gancho teórico entre a minha pesquisa de mestrado, em que buscava compreender os atuais usos e sentidos conferidos à praça, e a investigação sobre os demais momentos e períodos históricos vividos no lugar. O elo entre o passado e o presente foi a verificação de que a plástica dessa praça decorre de uma construção histórica relacionada aos contextos sociais, culturais e econômicos vividos na cidade e de que os usos que ocorrem em seu espaço variam junto com as alterações implementadas em sua forma. Tanto a configuração física quanto seus usos e sentidos são expressões dos contextos urbanos e transformam-se, como um organismo cheio de vida e movimento, junto com a própria cidade.

A MORFOLOGIA URBANA: O ESTUDO DAS QUALIDADES VISÍVEIS E INVISÍVEIS DA CIDADE

O local que hoje conhecemos como Praça São Salvador é o resultado de um processo de construção histórica que se desenvolveu juntamente com a formação do próprio ambiente urbano da cidade de Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro. A forma plástica do seu espaço e entorno, bem como os seus usos e apropriações,

podem ser compreendidos como elementos decorrentes das mudanças ocorridas nos distintos momentos vivenciados na cidade.

De acordo com Park (1967), as cidades podem ser lidas e interpretadas como fruto das emanções da mente humana, locais em que os hábitos e costumes de seus habitantes tomam forma e se materializam em suas construções. Dessa maneira, os ambientes urbanos relacionam-se às sociedades características de seu contexto e às formas de administração das disputas, dos usos e dos encontros contemporâneos às distintas épocas.

Explica o citado autor:

A cidade é algo mais do que um amontoado de homens individuais e de conveniências sociais, ruas, edifícios, luz elétrica, linhas de bonde, telefones etc.; algo mais também do que uma mera constelação de instituições e dispositivos administrativos – tribunais, hospitais, escolas, polícia e funcionários civis de vários tipos. **Antes, a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana.** (PARK, 1967, p. 25, grifo nosso.)

Assim, os espaços urbanos podem ser compreendidos como organismos que se modificam e adaptam aos distintos *estados de espírito* vivenciados em cada momento. Nesse sentido, os estudos relacionados à morfologia urbana, disciplina que investiga a cidade como o habitat humano e a transformação de suas formas, tratam os espaços urbanos como sendo resultantes “da acumulação e da integração de muitas ações individuais, ou de pequenos grupos – ações determinadas por tradições culturais e moldadas por forças sociais e econômicas desenvolvidas ao longo do tempo” (MOUDON, 2015, p.41).

Segundo a morfologia urbana, elementos como edifícios, praças, parques, ruas e jardins são considerados “organismos que vão sendo constantemente utilizados e transformados” (MOUDON, 2015, p.42), conforme necessidades e costumes vivenciados em cada época da cidade. Moudon acrescenta que “a forma urbana só pode ser compreendida na sua dimensão histórica uma vez que os elementos que ela compreende sofrem uma contínua transformação e substituição” (2015, p.45).

Por forma urbana podemos compreender “a parte visível, ou a configuração da essência” (PERDICOÚLIS, 2014, p.40) das cidades, “as figuras e as cores, o horizonte, a vegetação, as casas, os espaços comerciais, as estradas” (PERDICOÚLIS, 2014, p.41), ou seja, os seus aspectos visuais e materializados. No entanto, na constituição de tais aspectos, encontram-se qualidades invisíveis de processos que “não poderiam estar presentes nas fotografias ou nos desenhos técnicos de arquitetura (...) Estas dimensões invisíveis estendem a essência da cidade para além da forma, que é visual” (PERDICOÚLIS, 2014, p.41).

O estudo da morfologia da Praça São Salvador mostra-nos sua construção em uma

dimensão temporal e evidencia como seu ambiente foi alvo das variadas transformações ocorridas ao longo do tempo e que a tornaram um espaço central para a vida urbana de Campos.

A CENTRALIDADE DA PRAÇA DA VILA DE SÃO SALVADOR

O início da história do local onde hoje encontramos a Praça São Salvador pode ser situado antes da formação da Vila de São Salvador. Localizada em um outeiro (uma elevação do terreno), tudo indica que ali encontrava-se um cemitério indígena, fato este auferido após escavações realizadas no Século XIX e noticiado pelo Jornal Monitor Campista no dia 1° de maio de 1886 (*apud* FEYDIT, 1979, p.139):

Nas escavações que se estão fazendo na praça de S. Salvador, em frente a Matriz, tem se encontrado muitos ossos humanos, sendo de notar que os *craneos* estão enterrados em linha; se achou também uma talha contendo ossos. Pena é que os trabalhadores a tivessem quebrado quando escavavam o lugar. É de supor que esses ossos sejam de indígenas, pois, não há memória de que aquele lugar tivesse servido para enterramentos desde que Campos foi povoado pelos portugueses.

A notícia acima revela que o sítio já abrigava camadas temporais mais antigas que aquelas das quais temos conhecimento, com sentidos diversos dos que encontramos hoje, revelando-nos a importância desse espaço mesmo antes da vinda dos primeiros colonos portugueses e da cultura que aqui se instalou a partir de então.

As investidas de ocupação do território pelos colonos para a criação de um povoado tiveram início no Século XVII. Sabe-se que já no ano de 1653 o local em que se situa a cidade de Campos possuía uma Igreja Matriz e uma Casa de Câmara (FEYDIT, 1979, p.66), construções exigidas pela Coroa Portuguesa para a consolidação das cidades coloniais (OLIVEIRA, 2010, p.179).

No final do Século XVIII, a Matriz que existia na região não se localizava na praça em estudo¹. Já a Câmara funcionava em um prédio alugado e não contava com a função de cadeia. Sendo assim, em 1704 os oficiais do Senado decretaram que se construísse um edifício que contivesse ambas as funções, ou “ao menos uma casa para guardar o tronco que servia de prisão” (FEYDIT, 1979, p. 71). Em 1707, o novo edifício, sítio onde hoje está a Praça São Salvador, foi concluído e entregue aos oficiais do senado.

Também por volta do início do Século XVIII iniciou-se o movimento de transferência da antiga Igreja Matriz para onde hoje se encontra a Igreja São Salvador, defronte a praça em estudo. A transferência da Matriz, segundo relatos de Feydit (1979, p.260), deveu-se ao fato de que a primeira igreja estava deteriorada e, ao invés de reconstruí-la, “o povo julgou

1 Segundo Feydit (1979, p.46), já se pretendia erigir a primeira Igreja Matriz onde hoje está a Igreja São Salvador. Porém, em respeito ao antigo cemitério indígena, os primeiros povoadores julgaram que a construção da Matriz nesse mesmo sítio significaria “profanar as cinzas de seus antecessores”, valendo salientar, todavia, que em seu livro não aparece nenhum documento que respalde essa informação.

mais acertado mudar ou fazer a nova matriz em lugar mais alto”, ressaltando que o novo sítio se localizava próximo ao Rio Paraíba do Sul² e que no local já havia uma pequena capela, conhecida por Capela dos Passos (FEYDIT, 1979, p.319).

A nova construção da Igreja Matriz, concluída em 1745, possibilitou o surgimento da Praça São Salvador como elemento central do espaço urbano em formação³. O adro da igreja (espaço livre à frente do edifício) atraía para o seu entorno os solares e demais instituições que viriam a se instalar na vila. À medida que esses prédios eram construídos, consolidavam-se as delimitações espaciais da praça – seu perímetro retangular. Fronteiriços à praça, ergueram-se os demais edifícios residenciais e públicos, tais como a Igreja Mãe dos Homens e Santa Casa de Misericórdia (1786), os solares residenciais e a Casa de Câmara e Cadeia e o Pelourinho, estes dois últimos prédios erigidos ali antes mesmo do fim das obras da nova Matriz.

As praças no período colonial possuíam a função de unir a sociedade às instituições da cidade e reunir a congregação na Matriz, servindo de espaço para as festas religiosas e para a estruturação da vida social da população. Como nos apontam Robba e Macedo (2003, p.22):

A praça – até esse momento chamado de largo, terreiro e rossio – era o espaço de interação de todos os elementos da sociedade, abarcando os vários estratos sociais. Era ali que a população da cidade colonial manifestava sua territorialidade, os fieis demonstravam sua fé, os poderosos, seu poder, e os pobres, sua pobreza. Era um espaço polivalente, palco de muitas manifestações dos costumes e hábitos da população, lugar de articulação entre os diversos estratos da sociedade colonial.

Além dos mencionados usos, a visibilidade e centralidade da Praça São Salvador proporcionaram que ela se tornasse palco de fatos que constituíram a trajetória e o imaginário da cidade. Como exemplo, podemos citar a história de Benta Pereira, figura considerada por alguns como a “heroína campista”. Em 1748, essa mulher liderou uma tropa de populares insatisfeitos com as altas taxas tributárias e abusos cometidos pelo 3º Visconde de Asseca, Diogo Corrêa de Sá. O fato foi narrado por inúmeras pessoas e não se sabe ao certo como foi o ocorrido; não obstante, a história atravessou os séculos e hoje faz parte da narrativa da cidade. Segundo a versão contada por Feydit (1979, p. 198):

A infantaria, antes de entrar, foi dividida em três companhias, para pôr em cerco a vila (...) antes da última companhia penetrar a S. Salvador, foi ela batida e dispersada por Benta Pereira à frente de mais de 200 cavaleiros e índios armados de chuços, flechas e poucas armas de fogo, de pederneira (...) Benta Pereira à frente do povo, parecia uma avalanche depreendida do alto de uma montanha, que levava tudo diante de si.

2 Faria e Quinto Jr. (2017) tratam da importância do Rio Paraíba do Sul como elemento estruturador da formação da cidade de Campos dos Goytacazes.

3 Vale ressaltar que de início fora chamada simplesmente de *praça*, já que foi a única até o ano de 1830, e posteriormente de Praça Principal, vindo a ser nomeada Praça São Salvador no ano de 1867 (FEYDIT, 1979, p.282; SOUSA, 2004, p.23).

A Praça São Salvador no Século XVIII era um dos locais centrais da vida que se constituía na vila e, dessa forma, foi um dos seus vetores de crescimento e urbanização. No final do Século XVIII a economia local se transformara. Antes baseada na criação de gado e seus derivados, deu lugar à importação de gado de Minas Gerais e aos investimentos na cultura da cana-de-açúcar. Essa nova economia possibilitou uma grande pujança monetária, que se reverteu no crescimento e na modernização da estrutura urbana da Vila de São Salvador.

À medida que a cidade crescia e se transformava, a Praça São Salvador se definia como polo da vida social e também eixo de crescimento urbano. Segundo Caldeira (2010, p.25), as praças coloniais “cumpriam o papel de marco urbano, de ponto de referência na estrutura da paisagem”. Assim, a partir da praça se projetava o traçado urbano e se consolidava o restante dos espaços da vila (CALDEIRA, 2010, p. 31).

A praça era composta por um grande espaço livre, delimitado pelos edifícios fronteiriços, porém ainda sem pavimentação e com a permanente presença de lama e mato (Figura 1), o que causava grandes transtornos em dias chuvosos (SOUSA, 2004, p.23).



Figura 1: Fotografia da Praça São Salvador em meados do Século XIX

Fonte: Autor desconhecido, Museu Histórico de Campos (2019).

Verifica-se assim o mesmo padrão das praças típicas do período colonial, cujos usos eram destinados “(...) ao comércio, à política e às atividades religiosas, eventos que representavam as relações sociais. Não incluíam (...) equipamentos públicos urbanos que modificaram suas características originais, acrescentando-lhes a função do lazer”

(MENDES *et al*, 2011, p.51).

A praça colonial era o espaço por excelência em que todos tomavam consciência dos acontecimentos que ocorriam na cidade e participavam de atos comunitários, tais como “pregões, leituras de resoluções, camarárias, reuniões para procissões ou festejos, feiras, cavalhadas, execuções” (MENDES *et al*, 2011, p.53). Era também nas praças que as pessoas se reuniam para “atividades oficiais, leigas, religiosas, pagãs, sob a tutela e testemunho da Igreja e da Câmara” (MENDES *et al*, 2011, p.53).

Em 1835, a Vila de São Salvador foi elevada à categoria de cidade, fato comemorado entre a população com grande fervor na Praça Principal. A festa durou três noites e foi descrita em detalhes por Sousa (2004, p.14):

Que houvesse regosijo, iluminação geral por tres noites, com as lanterninhas de vella de sebo, Te Deum, na Matriz do Padroeiro, cavalhadas com os dextros mouros e christãos a quebrarem boiões de barro e arrebatarem argolinhas de prata, na Praça Principal, tudo isso é bem admissivel e mais que certo quando se teve conhecimento da nova categoria conferida á terra goytacaz, pois era um uso muito em vóga, sem faltar as danças de mascarados...

Era costume que as pessoas se divertissem e comemorassem festas tradicionais nesta praça tais como as “cavalhadas de São João, ‘os impérios do divino’ e as ‘danças de anões’” (SOUSA, 2004, p.24). Até meados do Século XIX, eram raros os espaços voltados para entretenimento na cidade. Os estudantes vindos do Rio de Janeiro não encontravam aqui os cafés e teatros que já existiam na capital (FEYDIT, 1979, p.308).

Porém, no fim do Século XIX, novas transformações afetaram tanto o espaço da cidade quanto a vida urbana da região. O fim da escravidão e a inserção de novas indústrias fizeram com que Campos adentrasse no “mundo moderno”. A antiga elite aristocrática cedeu lugar para uma nova burguesia urbana composta por profissionais liberais, intelectuais, comerciantes, investidores e servidores públicos (FARIA, 2008), além dos proprietários rurais que possuíam sua residência na cidade. Segundo Faria, “conformaram, pois, neste fim do século 19, uma nova elite, participando da produção de uma nova forma urbana, através de seus valores, escolhas estéticas, necessidades e de desejos” (2008, p.56). A fim de atender aos novos anseios e gostos, o espaço urbano foi reconfigurado, bem como os seus usos e funções.

A PRAÇA COMO CENÁRIO DA VIDA BURGUESA

De acordo com Robba e Macedo (2010, p.28-31), na virada do Século XIX para o XX, as cidades brasileiras passaram por uma transição do antigo modelo colonial para um modelo considerado republicano. A cidade deveria ser “bela, higiênica e pitoresca” e, para tal, os espaços públicos deveriam estar de acordo, constituindo locais de exposição dos novos valores em ascensão. Além disso, os novos meios de transporte e comunicação tornaram possível a concepção de uma nova vida urbana, à qual se associou a construção

material de uma renovada paisagem citadina.

Na região central nomeada *Beira-Rio* foi construída a zona portuária onde exportavam-se as produções regionais e importavam-se as últimas novidades do mundo europeu (FARIA, 2008). Nessa área eram instalados os comércios e lojas que vendiam os artigos importados. Para impulsionar o acesso a essa região, foi inaugurado em 1875 o primeiro bonde da cidade, de tração animal, ligando o bairro da Coroa até a Praça São Salvador. Essas transformações colaboraram para que essa região “se transformasse no lugar mais animado da cidade” (FARIA; QUINTO JR., 2017, p.110). Pereira Pinto (2006, p.117) explica o contexto dessas transições:

Uma sociedade ativa e dinâmica caracterizava o decênio final do século 19 (...) os reflexos econômicos estimulavam o requinte e as atividades culturais; jornais, publicações literárias e teatros. Campos estava amadurecida e confirmava a sua liderança política no Estado e surgia, na sobra do século, como a 4° cidade brasileira em população.

A modernização da cidade⁴ promoveu mudanças na Praça Principal, que a partir de 1867 passou a se chamar Praça do Santíssimo Salvador (SOUSA, 2004, p.23). O antigo prédio da Casa de Câmara e Cadeia⁵ foi destruído com a justificativa de que “impedia a visão da Praça São Salvador” (FARIA, 2008, p.55). Ademais, no entorno da praça foram construídos os edifícios mais emblemáticos do momento, com destaque para a Associação Comercial, a Repartição dos Telégrafos, a Lyra de Apollo, a Câmara Municipal, o templo da Misericórdia, o Banco do Brasil, a Biblioteca Municipal e o ponto de bonde, bem como “os edifícios dos habitantes mais abastados, adstrictos a architectura da época” (SOUSA, 2004, p.22 e 25). Vale ainda mencionar os cafés e outros espaços frequentados pela burguesia que aqui se consolidava, transformando a praça e o seu entorno “em pontos de centralidade e animação, muito importantes para as relações sociais na cidade” (FARIA, 2010, p.6).

Durante esse período de modernização, pelo qual não só Campos passava, mas as cidades brasileiras em geral, as praças assumiram novo sentido, sendo transformadas em *praças ajardinadas*. Nessa nova tipologia de praça, os usos comerciais, militares e festivos foram alterados para favorecer a contemplação e o descanso. De fato, “a praça ajardinada devia ser frequentada segundo algumas normas de conduta e comportamento bastante rígidas e hierarquizadas, não se assemelhando em nada ao antigo polivalente largo colonial” (ROBBA; MACEDO, 2010, p.28-29).

Nesse contexto, no ano de 1893, a Praça São Salvador sofreu uma intervenção

4 Cabe salientar que o processo de modernização e urbanização da cidade de Campos teve suas especificidades e manteve estreitos laços com a vida rural. Era nos engenhos, afastados do centro da cidade, onde se encontrava a atividade econômica mais importante do município, bem como grande parte de sua população. Segundo expressão criada por Faoro (2010, p. 698), pode-se compreender o cenário que se conformava na cidade por meio da expressão *rurbano*, ou seja, o corpo social formado pelos *homens da cidade* era marcado pela mentalidade e influência de interesses *rurais* (FRANCO, 2006, p. 26).

5 O trecho da praça no qual se situava a Casa de Câmara e Cadeia atualmente recebe o nome de Praça das Quatro Jornadas, em homenagem a Benta Pereira, cuja história foi narrada anteriormente.

que a deixou muito similar ao *Campo da Aclamação*, atualmente conhecido por *Campo de Santana*, localizado na cidade do Rio de Janeiro (SOUSA, 2004, p.24). A referida praça passou a contar com um jardim arborizado em seu centro (Figura 2) e grades em seu entorno, que eram fechadas às 21 horas. Quem estivesse dentro da praça após esse horário “era convidado... por um guarda mui «delicado», para se retirar incontinenti daquelle «logradouro publico»...” (SOUSA, 2004, p.24). Essa mudança estética e funcional pretendia trazer os chamados *ares da capital* para a cidade do interior, com inspiração nas últimas modas surgidas no Rio de Janeiro e nos países europeus.



Figura 2: Fotografia da Praça São Salvador entre os séculos XIX e XX.

Fonte: CD de imagens do Arquivo Público Municipal, 2019.

As mudanças estéticas aplicadas na praça foram contemporâneas a mudanças no estilo de vida que configuravam novas formas de sociabilidade. A Praça São Salvador era o lugar público por meio do qual se procurava evidenciar o novo momento no qual a sociedade campista adentrava. Alves (2013, p.72, grifo nosso) ilustra bem esse momento:

Anos de dinheiro farto, traduzidos pelo jorrar do açúcar das turbinas das usinas, a efervescência dos negócios no Café High-Life, a bolsa de negócios, onde circulavam usineiros industriais e os comissários de negócios (...) Discutia-se a cotação do açúcar no mercado, as transações das casas comissárias com os usineiros e produtores, além das contendas políticas (...). A suntuosidade das edificações, o usufruto do luxuoso e o gosto pelo conforto marcavam o cotidiano da cidade. **O passeio pela Praça São Salvador, as tardes na Confeitaria Americana, a ida ao teatro Orion, São Salvador e assistir ao que se apresentava de mais atual em matéria de ópera e canto lírico, as viagens à Europa.** A sociabilidade alicerçada no gosto e o bem receber (BOURDIEU, 2011) definia a posição da elite na sociedade, o importante era

o contato com a civilização e as últimas novidades de Paris e Londres.

Vê-se que a Praça São Salvador e os edifícios do seu entorno ambientavam um estilo de vida com pretensões de se assemelhar à sociedade burguesa europeia, adaptando-se os seus espaços aos interesses da elite econômica capitalista e transformando-se no reduto da vida financeira da cidade e no local de sociabilidade dos *homens de negócio*.

Ainda na conjuntura de modernizações no início do Século XX, a cidade passou a ser influenciada pelos discursos sanitaristas, cujo principal expoente foi o engenheiro Saturnino de Brito. Com fundamento na necessidade de promover higiene e saúde, a cidade passou a receber diversas obras que visavam ao seu embelezamento e à transformação do velho tecido urbano, adaptando-o às novas necessidades da economia capitalista e aos interesses da burguesia em ascensão (FARIA, 2008).

Mesmo com a mudança de estilo e usos da praça, ela se manteve como o lugar de ampla visibilidade e acessibilidade dos distintos públicos da cidade e, portanto, o *locus* dos discursos políticos. Um evento emblemático ocorreu no ano de 1904, quando, segundo Soares (2012), a companhia inglesa *The Campos Syndicate Limited* (que passaria a fornecer serviços de água e esgoto em 1905) doou um chafariz de louça belga ao então prefeito de Campos. Este, por sua vez, doou-o para a cidade, sob o pretexto de que preferiria colocá-lo em um local onde pudesse ser admirado por todos, sendo então instalado onde anteriormente estava a Casa de Câmara e Cadeia. A Praça São Salvador passava a ostentar um símbolo do movimento higienista, mostrando seus valores a todos que por ali passassem.

A praça se transformara junto com a cidade. Caiu o antigo símbolo da cidade colonial (a Casa de Câmara e Cadeia) e ergueu-se o novo (o Chafariz Belga), modificaram-se os pensamentos, os hábitos e os costumes. Destaca-se o discurso da importância da saúde, da limpeza e da higiene, maiores preocupações sociais do período, projetando-se no espaço público os motes do momento.

A PRAÇA DA CIDADE MODERNA

No ano de 1935, em comemoração ao centenário da emancipação de Campos dos Goytacazes à categoria de cidade, houve uma série de reformas. A antiga Igreja São Salvador foi demolida e a que conhecemos atualmente foi erguida em seu lugar⁶. Os edifícios no entorno da praça foram remodelados e pintados, bem como a própria praça. Foram feitos grandes esforços para que a cidade adentrasse no mundo moderno, como noticiado por um periódico da época:

A cidade conserva ainda hoje aspectos do tempo de Campos colonial. E não

6 Segundo Sousa (2004, p.262), “transformado a velha Matriz em Cathedral pela criação do Bispado de Campos, a igreja já apresentava, em 1928, cinquenta e um anos depois da última reforma, visíveis sinais de perigosa ruína, sendo demolida para surgir o estupendo templo projectado por D. Henrique Mourão executado pelo extraordinário espirito de Monsenhor João de Barros e Uchôa” e inaugurado no ano de 1935 (Biblioteca do IBGE, 2015).

é justo que esses aspectos, existentes há cem anos, continuem afrontando a estética urbana e colocando Campos ao lado das cidadelas que ainda não se levantaram para o avanço do progresso (Monitor Campista, 14/03/1937, *apud* VIEIRA, 2003, p.46).

O urbanismo passara a adotar um tom *científico* e se consolidava no Rio de Janeiro por meio do plano de autoria do engenheiro francês Alfred Agache. Em 1940, o então engenheiro da capital promoveu um plano para São João da Barra, cidade vizinha a Campos. Nesse mesmo período, os engenheiros Mário Motta e Salo Brand, à frente da administração campista, anunciaram uma série de transformações urbanas que propunham o embelezamento, a higiene e a estruturação da cidade. As intervenções empreendidas durante este período tenderam a criar novos pontos de centralidade na malha urbana por meio do alargamento e da criação de novas ruas, bem como da construção de praças em novas localidades.

Entretanto, a área central já consolidada permaneceu sendo o símbolo de representação da cidade e, portanto, não deixou de ser contemplada com as obras desta nova intervenção. A cidade adentrava em um momento marcado pelo estilo moderno. O espaço urbano deveria ser arrojado, limpo, produtivo, populoso, veloz e motorizado. O antigo jardim público se deslocara para dentro das residências, tornando-se particular.

Segundo Robba e Macedo, “as novas tendências formais modernas, aliadas aos novos programas de uso (...) caracterizam uma nova linha de projeto paisagístico denominada *Modernismo*” (2010, p.36). Os autores ressaltam a ligação dessa linha movimento artístico e arquitetônico homônimo e apontam Roberto Burle Marx como seu grande expoente no Brasil (2010, p.36). Seguindo esta tendência, as obras realizadas modificaram o estilo da praça, alinhando-o aos novos padrões estéticos da época e renovando a posição de destaque da praça no centro urbano.

A remodelação da Praça São Salvador vinha junto com o desejo de se transmitir uma nova mensagem e se alinhar aos padrões estéticos em voga nas capitais, a exemplo do uso de pedras portuguesas no calçamento da Avenida Atlântica no Rio de Janeiro (Figura 3).



Figura 3: Fotografia da Praça São Salvador em meados do século XX.

Fonte: antigo cartão postal da cidade.

O intento de se criar uma nova imagem para a cidade é evidenciado por jornal da época: “Sobrados mastodonticos, prédios altos, beiras de telha ostentando ainda por cima os clássicos sótãos reflectindo um tempo colonial que já não deve sobreviver. Felizmente tudo passou. E Campos se moderniza” (Monitor Campista, 16/06/1936, *apud* VIEIRA, 2003, p.45).

Mesmo após as mudanças que ocorreram na cidade e no espaço da Praça São Salvador, esta continuou sendo o lugar privilegiado dos *discursos*. Assim, no ano de 1947, a praça foi palco de novo ato político, consubstanciado na instalação de uma estátua de bronze, criada pelo laureado artista campista, Modestino Kanto. A peça homenageava os soldados campistas mortos na Guerra do Paraguai e na II Guerra Mundial e fora intitulada como *Monumento ao Expedicionário*.

A mensagem transmitida pela estátua versava sobre a bravura daqueles que partiram para a guerra. A boa visibilidade proporcionada pela praça foi benéfica para a propagação da mensagem, tendo todos que passavam por ali a chance de saber dos feitos dos *heróis de guerra*, bem como de admirar suas coragens, boas atitudes e maestria em doar suas vidas à nação⁷.

A PRAÇA COMO PONTO E A PRAÇA VERDE

A partir da Segunda Guerra Mundial a praça sofreu novas mudanças. Os antigos

⁷ A participação de Campos dos Goytacazes na Guerra do Paraguai, notadamente dos Voluntários da Pátria, é relatada por Sousa (2014, p. 129-140) e Feydit (1979, p.474).

edifícios do entorno da praça, remanescentes dos demais períodos vividos na cidade, começaram a ser ameaçados pela construção de outros com uma arquitetura verticalizada e estilo contemporâneo ao momento.

A praça começara a perder o *prestígio* tido em tempos anteriores, deixando de ser o *local da burguesia*. As práticas sociais e os encontros típicos da sociedade campista⁸ que outrora frequentava os cafês e espaços de encontro localizados no entorno da praça, se deslocaram para outros locais da cidade.

A partir das décadas de 1970 e 1980 a cidade adentrou em um novo momento econômico. A descoberta da bacia de petróleo na região de Campos atraiu mais pessoas para a cidade, o que por consequência ocasionou maior demanda por serviços e novas atividades, além de exigir uma ampliação na estrutura urbana e de transporte.

Essas novas necessidades impulsionaram mudanças no espaço urbano que puderam ser, mais uma vez, evidenciadas na Praça São Salvador, a qual passara a apresentar outra configuração física, com novos usos e funções. Foram destruídos alguns prédios icônicos do entorno, como a Igreja Mãe dos Homens e a Santa Casa de Misericórdia, dando lugar a um grande estacionamento. Além dessa mudança, apareceram edifícios altos que mudaram a antiga paisagem do local, como a sede do INSS (1972), a da Associação Comercial e Industrial de Campos (ACIC), que passou a ocupar um dos andares do então chamado Edifício Ninho das Águias (1983) e o Edifício Cidade de Campos (1987).

Ademais, foram instalados pontos de ônibus em ambos os lados da Praça Quatro Jornadas, ao lado da qual, onde antes encontravam-se a Igreja Mãe dos Homens e a Santa Casa de Misericórdia, passou a haver um estacionamento (Figura 4). Enfatiza-se desse modo seu papel de grande “ponto” de transporte na área central, em detrimento do seu caráter contemplativo.

8 Categoria discutida por Cunha (2007, p.4) para se referir às “famílias com poder econômico variado que, através de hábitos compartilhados, uniam-se compondo um só grupo: a ‘sociedade’ campista. Essas famílias relacionavam-se entre si por meio de um complexo e hierárquico sistema de prestígio, cabendo a cada uma lugares e papéis sociais bem definidos. O grupo compõe-se de abastados usineiros até comerciantes e professores que compartilham, por exemplo, dos mesmos salões dos clubes sociais de Campos e do mesmo espaço de vilegiatura: Atafona.”



Figura 4: Fotografia dos pontos de ônibus localizados no trecho da Praça São Salvador, conhecido como Praça Quatro Jornadas

Fonte: Blog Campos em Fotos, 2013.

Ao final da década de 1980, Anthony Matheus Garotinho, eleito prefeito de Campos, propôs novas mudanças na Praça São Salvador, visando a impulsionar a cidade para um caminho mais “moderno” e “democrático”, em oposição ao velho modelo político que vigorava desde a década de 1960, considerado por ele “oligárquico” e “elitista” (MATIAS, 2015, p. 2). Desse modo, em 1996 (PAES, 2016, p.5), a praça, alvo de representações estéticas e também políticas, passa por mais uma mudança de representação de valores (Figura 5).



Figura 5: Fotografia da Praça São Salvador nos anos de 1990.

Fonte: Jornal Folha da Manhã, 2018.

A ênfase das praças nesse momento recai numa tendência *naturalista*, como explicam Robba e Macedo, que visa a “amenizar as condições climáticas, da qualidade do ar e insolação” (2010, p.37). Além disso, o espaço passa a atuar como “articulador e centralizador da circulação de pedestres” (2010, p.37). Esse modelo de praça está baseado “na estruturação formal e funcional do espaço. Estares interligados e tridimensionalmente estruturados por elementos vegetais foram criados para conduzir e abrigar o usuário” (2010, p.38). De fato, conforme apontam os autores, “os espaços da praça moderna foram idealizados para a permanência e não o simples caminhar dos transeuntes” (2010, p.37).

Dessa forma, a alteração na forma física da praça é acompanhada da mudança de uso e de novas formas de apropriação, de modo a propiciar a permanência do usuário e a oferecer uma estética que valoriza a presença de vegetação.

A PRAÇA CONTEMPORÂNEA

Nos anos 2000, mais especificamente entre os anos de 2004 e 2005, a Praça São Salvador passou por uma nova transformação estética, assumindo a forma que conhecemos atualmente (Figura 6).



Figura 6: Fotografia da Praça São Salvador.

Fonte: autoria própria, 2019.

O desejo de um projeto de revitalização para área central já era discutido e debatido pela CARJOPA (Confraria de Amigos da Rua João Pessoa⁹), pela CDL (Câmara de Dirigente

⁹ A Rua João Pessoa, localizada na área central da cidade e próxima a Praça São Salvador, é uma das mais antigas da cidade a abrigar comércio e serviços.

Lojistas) e pela ACIC (Associação Comercial e Industrial de Campos) desde os anos de 1996 (PAES, 2016).

Segundo Paes (2016, s/p), no ano de 2001 a prefeitura anunciou o que fora considerado como um “megaprojeto para planejar o futuro (...) um pacote de choque urbanístico e social, que não tem cronograma e nem recursos definidos”. Dentre os pontos abordados, o projeto previa que “a Praça do S.S. Salvador terá ares de Praça de São Marcos em Veneza e a pirâmide de vidro no centro da cidade será como a do Louvre em Paris” (PAES, 2016, s/p). Um dos objetivos do plano era atender aos anseios dos comerciantes para que as lojas pudessem ficar abertas até mais tarde e os clientes “pudessem andar com mais segurança” na área central (PAES, 2016, s/p).

As obras da Praça São Salvador foram iniciadas no ano de 2004, sob o comando do prefeito Arnaldo Vianna e concluídas no ano de 2005, no mandato de Carlos Alberto Campista (TRINDADE, 2019). Durante esse período, a cidade passava por um momento de grande crescimento econômico, proporcionado pelo aumento da arrecadação de *royalties* oriundos da atividade petrolífera. Assim, não só a Praça São Salvador, mas toda a cidade se viu em um momento de novas esperanças e desejos, trazidos pela expectativa de crescimento econômico.

Orçada em 46 milhões de reais (TRINDADE, 2019), a renovação da praça compreendeu a retirada de árvores, a substituição dos antigos bancos com encostos por novos bancos, em formato de “caixão”, e a mudança do antigo piso de pedra portuguesa para um piso de granito. A nova linguagem que a praça passou a adotar buscava responder a questões que os espaços públicos em geral enfrentavam ao fim do segundo milênio. A intensificação de uma série de problemas urbanísticos, tais como “o aumento do volume do tráfego de veículos e pessoas, a escalada da violência, a degradação progressiva do ecossistema urbano e da qualidade de vida na cidade, além da dificuldade de gerenciamento de complexos urbanísticos tão grandes” (ROBBA; MACEDO, 2010, p.41), demandou dos planejadores e projetistas soluções inovadoras.

No entanto, a remodelação da Praça São Salvador causou estranhamento em parte da população e foi alvo de críticas de alguns grupos da cidade. Segundo Paes (2016, s/p):

Os camelôs que ocupavam área próxima à Agência dos Correios, se sentiram prejudicados (O DIÁRIO, 05/12/04), além deles, alguns comerciantes também se queixaram. Os comerciantes, com estabelecimentos no entorno da praça, se sentiram lesados, pois sem acordo prévio para as obras, não puderam tomar providências a respeito das vendas, prejudicadas por falta de acesso do público (O DIÁRIO, 14/02/05 e 24/04/05). A população reclama a falta de árvores na nova praça. Elas abrigavam em suas sombras, o encontro de campistas de várias idades, que apreciavam uma conversa à brisa do vento nordeste (Folha da Manhã, 23/03/05).

Segundo o professor Aristides Sofiatti esta “é a fisionomia mais feia que a praça apresentou em toda a sua história” (BRAZ, 2013). A seu turno, o pesquisador Leonardo

Vasconcellos relata ao Jornal Terceira Via (TRINDADE, 2019) o seguinte:

Na minha concepção, a praça pós-gestão de Arnaldo Viana é um equívoco. Temos uma cidade muito quente. É inconcebível tirar as árvores e plantar palmeiras outra vez que não oferecem sombra e conforto térmico. Ali só é possível ficar um período da manhã e à noite. Não é praça de convivência. Na Europa funciona por ser região fria. A São Salvador atual foi inspirada em uma praça de Nice, na França.

O projeto objetivava atualizar a imagem da praça, conferindo um estilo contemporâneo e moderno. A proposta de sua revitalização promovia visibilidade para os feitos da administração municipal e pretendia atrair a população de volta para os espaços do comércio tradicional da cidade. A cidade passava por uma mudança no perfil do comércio e dos consumidores. A chegada de novos *shopping centers* e franquias internacionais instaladas em áreas mais afastadas, bem como a valorização da Avenida Pelinca como nova representação de centralidade comercial, tiravam do centro o prestígio e efervescência tão característicos até então¹⁰.

Dividida entre opiniões e demandas, a Praça São Salvador se transformou e, juntamente com ela, os seus usos e apropriações, inclusive para além das intenções dos gestores políticos e dos grupos de lojistas do entorno. O lugar passou a apresentar novas ambiências e a atrair diferentes públicos daqueles que a frequentavam anteriormente, bem como possuir novos sentidos¹¹. Atualmente ele é utilizado como uma grande esplanada de passagem por aqueles que transitam pela área central e também é apropriado por vários outros grupos da cidade, tais como skatistas, patinadores, moradores de rua, religiosos, crianças e outros, que lhe conferem distintos significados. A Praça São Salvador pode ser considerada um espaço *polissêmico* e plural, compartilhado pelos variados públicos da cidade que nela se encontram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da exposição da morfologia da praça apreende-se que a sua forma pode ser compreendida como um organismo que se modificou – e continua se modificando – junto com as transformações ocorridas no espaço urbano sob os diferentes contextos históricos vividos na cidade. A paisagem dessa praça extrapola os seus limites físicos e se relaciona diretamente à história da cidade e a seus processos sociais, econômicos e culturais.

Ressalte-se que, por mais profundas que tenham sido as alterações físicas ocorridas ao longo de sua história, o espaço conserva elementos específicos de outros tempos, tais como o seu próprio perímetro retangular, definido ainda no período colonial, o Chafariz Belga e o Monumento aos Expedicionários de Guerra, erigidos respectivamente no início

¹⁰ Segundo a historiadora Sylvia Paes (2016, s/p), desde o ano de 1996 os jornais locais publicam notícias sobre o esvaziamento do centro como área comercial.

¹¹ Sobre as atuais ambiências da praça, bem como seus públicos, usos e sentidos ver Sanz (2019).

e em meados do Século XX. Destacam-se ainda os edifícios no seu entorno, em especial o atual Museu Histórico de Campos, remanescente do final do Século XVIII, que abrigou a casa do Visconde de Araruama, e para os exemplares do Século XX.

O fato de a Praça São Salvador ser uma construção histórica confere a ela sentidos e tonalidades afetivas (THIBAUD, 2012, p.9) que podem ser lidos e interpretados pelas suas diversas camadas temporais. As lembranças de como foi a praça em outras épocas podem criar um olhar crítico sobre a sua atual forma plástica e seus usos, conduzindo o sentimento nostálgico a eventuais denúncias de que a praça teria perdido as suas características de convivência, sociabilidade e ponto tradicional de encontro. No entanto, basta uma curta visita e um olhar atento para perceber que a praça se mantém como um ponto de efervescência, muito frequentada pela diversidade de públicos que habitam o ambiente urbano. Assim, ainda hoje, a Praça São Salvador conserva-se como um dos espaços públicos de maior representatividade na cidade de Campos dos Goytacazes.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Heloíza de Cacia Manhães. **A elite local e a modernização urbana em Campos dos Goytacazes: um projeto político 1930-50.** Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, Campos dos Goytacazes, RJ, 2013
- Biblioteca IBGE. **Catedral Menor do Santíssimo Salvador: Campos dos Goytacazes, RJ.** Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=445271&view=detalhes>>, acessado em 22 de junho de 2020.
- BRAZ, Ralph. Praça São Salvador: do verde ao concreto. **Blog Pense Diferente.** Campos dos Goytacazes, 14 de outubro de 2013. Disponível em: < <http://ralphbraz.blogspot.com/2013/10/praca-de-sao-salvador-do-verde-ao.html>>, acessado em 22 de junho de 2020.
- CALDEIRA, Junia Marques. “A praça colonial brasileira”. **Universitas: Arquitetura e Comunicação Social.** Brasília, Vol. 7, N.1, jan./jun. 2010, p.19-39.
- CUNHA, Juliana Blasi. **Atafona: formas de sociabilidade em um balneário na região Norte-Fluminense.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia, do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2007.
- FARIA, Teresa Peixoto. “Campos dos goytacazes nos anos 1870-1880: a modernização brasileira e o ‘mundo cidadão’”. **Revista do PPGPS / UENF,** Campos dos Goytacazes, RJ, Vol.. 2, N. 2, mai./set. 2008, p. 40-64.
- FARIA, Teresa Peixoto. “As reformas urbanas de Campos e suas contradições. O plano de 1944: uma nova ordem social e urbana”. **CD ROM dos Anais do 6º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo.** Natal, RN, 2010
- FARIA, Teresa Peixoto; QUINTO JR., Luiz de Pinedo. “Rio e História Urbana: o papel do rio Paraíba do Sul na criação e desenvolvimento do município de Campos dos Goytacazes [RJ]”. **Labor & Engenho,** Campinas, SP, Vol.11, N.2, abr./jun. 2017, p.103-115.

FRANCO, Dauro Santos. **Democracia e poder local**: algumas considerações sobre o caso de Campos dos Goytacazes. Dissertação de Mestrado apresentada ao Centro de Ciências do Homem - Universidade Estadual do Norte Fluminense. Campos dos Goytacazes, RJ, 2006.

FEYDIT, Júlio. **Subsídios para a história dos Campos dos Goytacazes**: desde os tempos coloniais até a Proclamação da República. Atualizado e ilustrado por Hylze Pixoto Diniz Junqueira. Rio de Janeiro: Editora Esquilo LTDA. 1979.

MATIAS, Glauber Rabelo. "A cultura como política? História oral, memória e a gênese do campo da 'política cultural' em Campos dos Goytacazes (1989-1992)". **Anais eletrônico do XI Encontro Regional Sudeste de História Oral**. UFF, Niterói, RJ, Jul. 2015.

MENDES, Chico; VERÍSSIMO, Francisco; BITTAR, William. **Arquitetura no Brasil**: de Cabral a D. João VI. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio. 2011

MOUDOUN, Anne Vernez. "Morfologia urbana como campo interdisciplinar emergente". **Revista de Morfologia Urbana**. Vol. 3, N.1, 2015, p.41-49.

OLIVEIRA, Melissa Ramos Da Silva. "O urbanismo colonial brasileiro e a influencia das cartas régias no processo de produção espacial". **Complexus: engenharia, arquitetura e design**. Salto, SP, v. 1, n. 1, mar. 2010, p. 175-188.

PAES, Sylvia Marcia. "Os impasses da revitalização da área central da cidade de Campos dos Goytacazes (1991-2005)". **Revista de trabalhos acadêmicos – Universo**. Campos dos Goytacazes, RJ. Vol.2, N.6, 2016.

PARK, Robert E. A Cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: [Velho, Otávio Guilherme (org.)], **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro, 1967.

PERDICOÚLIS, Anastassios. "Extensões da forma". **Revista de Morfologia Urbana**. Rede Portuguesa de Morfologia Urbana, Vol.2, N.1, 2014, p. 40-41.

PEREIRA PINTO, Jorge Renato. **Um Pedaco de Terra Chamado Campos**. Campos: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, 2006

ROBBA, F. e MACEDO, S. S. **Praças brasileiras**. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo. 2010

SANZ, Jasmine Andrade. **Ambiências, usos e sentidos de um espaço público**: a Praça São Salvador em Campos dos Goytacazes. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas - Universidade Federal Fluminense (UFF). Campos dos Goytacazes, 2019.

SOARES, Orávio de Campos. "Patrimônio Material Chafariz Belga (Praça do Santíssimo)". **Livro de tomo dos bens cultural, material e imaterial**. Campos dos Goytacazes, 2012. Disponível em: < <http://culturacamposrjtombo003.blogspot.com/2012/01/chafariz-belga.html>>, acessado em 22 de junho de 2020.

SOUSA, Horácio. **Memórias fluminenses**: cyclo áureo da história do 1° centenário de Campos. Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2014.

THIBAUD, Jean Paul. "A cidade através dos sentidos". **Cadernos do PROARQ**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Arquitetura. n.18. Jul 2012, p.2-16.

TRINDADE, Ocinei. "Salvações e pecados de uma praça: a São Salvador segue no centro de transformações, tensões e experimentações de Campos". **Jornal Terceira Via**. Campos dos Goytacazes, 5 de maio de 2019. Disponível em: < <https://www.jornalterceiravia.com.br/2019/05/05/salvacoes-e-pecados-de-uma-praca/>>, acessado em 23 de junho de 2020.

ESPAÇO PÚBLICO: INDICADORES DE QUALIDADE NA PRAÇA DA LIBERDADE E RUA GALVÃO BUENO, SÃO PAULO

Data de submissão: 16/12/2022

Data de aceite: 02/01/2023

Maria Isabel Imbronito

PGAUR-USJT, FAU-UPM

São Paulo

<https://lattes.cnpq.br/7921775212945854>

RESUMO: Pesquisa aplicada sobre a qualidade do espaço urbano através de cinco parâmetros desenvolvidos por Ewing e Bartholomew (2013): imaginabilidade, recinto, escala humana, transparência e complexidade. Pressupõe-se que os parâmetros desenvolvidos pelos pesquisadores que foram adotados como referência podem ser aplicados a tecidos urbanos consolidados como a Praça da Liberdade e a Rua Galvão Bueno, em São Paulo, nos quais a experiência do pedestre contempla os aspectos valorizados pelos pesquisadores que desenvolveram a metodologia. O local tem diversos elementos que contribuem para o ambiente urbano: edifícios no alinhamento mas transparentes para a calçada, com elementos arquitetônicos peculiares e alto grau de referências simbólicas e históricas; presença de pontos de referência na paisagem urbana; presença de mobiliário urbano; movimento intenso de pessoas

devido ao comércio ativo. A partir do estudo deste fragmento de tecido, realizado através de visitas a campo, aplicação dos parâmetros citados e relatório fotográfico, se constatou a validade dos cinco elementos destacados por Ewing e Bartholomew como metodologia capaz de aferir aspectos de qualidade do espaço urbano neste tipo de tecido.

PALAVRAS-CHAVE: Vitalidade urbana, qualidade de vida, qualidade do espaço urbano.

PUBLIC SPACE AND URBAN DESIGN QUALITY INDICATOR AT LIBERDADE SQUARE AND GALVÃO BUENO STREET, SÃO PAULO

ABSTRACT: Applied research on the quality of urban space through five parameters developed by Ewing and Bartholomew (2013): imageability, enclosure, human scale, transparency and complexity. It is assumed that the parameters developed by these researchers can be applied to consolidated urban fabrics such as Praça da Liberdade and Rua Galvão Bueno, in São Paulo, in which the pedestrian experience contemplates the aspects valued by the researchers that developed

the methodology. The site has several elements that contribute to the urban environment: buildings aligned to the streets but transparent to the sidewalk, with peculiar architectural elements and a high degree of symbolic and historical references; presence of landmarks in the urban landscape; presence of street furniture; intense movement of people due to active market on the streets and shops. The research on this fabric fragment, carried out through field visits, application of the mentioned parameters by Ewing and Bartholomew and photographic report, confirms the validity of the five elements highlighted by this methodology, reasuring it as capable of assessing aspects of quality of the urban space in this type of fabric.

PALAVRAS-CHAVE: Urban vitality, quality of life, urban space quality.

1 | INTRODUÇÃO

A pesquisa aplicou, para espaços urbanos na cidade de São Paulo, os parâmetros de qualidade desenvolvidos por Ewing e Bartholomew (2013) relacionados à caminhabilidade. Os autores aperfeiçoaram critérios para avaliar a qualidade do espaço urbano com a atribuição de valores numéricos a serem aferidos *in loco*, conforme metodologia própria desenvolvida e publicada ao longo de diversos textos científicos. Os parâmetros desenvolvidos ao longo do tempo pelos autores citados incluem inúmeros quesitos que foram, ao longo de alguns trabalhos, reduzidos a poucos, o que nos ajudou a selecionar os parâmetros utilizados em nossa pesquisa empírica. Dentre os oito fatores presentes no livro *Pedestrian & Transit-Oriented Design* (2013) - imaginabilidade, recinto, escala humana, transparência, complexidade, coerência, legibilidade, conexão - foram selecionados apenas os cinco principais apontados por BRONSON, CLEMENTE, EWING et al. (2005) no texto *Measuring urban design qualities: an illustrated field manual*, que são: imaginabilidade, recinto, escala humana, transparência e complexidade, para aplicação em um espaço urbano da cidade de São Paulo.

Ainda conforme a metodologia dos autores citados, aos valores atribuídos para cada quesito de qualidade presente no espaço urbano são aplicados fatores de compensação para ajustar e relativizar determinado quesito em função do impacto que exerce no cômputo geral da qualidade do espaço urbano. Ao final, os quesitos, balanceados com seus devidos pesos, são somados para compor uma espécie de nota geral de desempenho do espaço.

Contudo, em nossa pesquisa, não buscamos aferir valores numéricos às qualidades do espaço urbano, conforme procedem os autores de referência, pois considerou-se que o valor numérico é um parâmetro abstrato para medir a qualidade urbana. O objetivo de nossa pesquisa empírica foi testar os conceitos desenvolvidos por aqueles autores com relação a um lugar escolhido, recolhendo informações *in loco* para debater e ilustrar os cinco parâmetros da qualidade urbana selecionados, e testar modos de recolhimento de dados que fossem preferencialmente descritivos, gráficos ou fotográficos, conferindo caráter qualitativo à pesquisa.

O local escolhido como piloto para aplicação do método avaliativo da qualidade

do espaço urbano foi a Praça da Liberdade e a Rua Galvão Bueno, em São Paulo. O local foi escolhido por conter elementos positivos necessários à pesquisa e propiciar um passeio agradável ao pedestre, condição relacionada à qualidade do espaço urbano. A praça escolhida fica na região central da cidade e recebe a saída da Estação Liberdade do Metrô (Linha Azul). Na praça ocorrem também uma feira de comidas e uma feira de artesanato que ocupa o espaço público aos finais de semana, ao mesmo tempo em que funcionam por ali muitas lojas e restaurantes orientais abertos nestes mesmos horários. Esta característica faz com que o espaço urbano apresente turnos bem marcados, e nosso levantamento restringe-se ao sábado e domingo, quando a Rua dos Estudantes e a Rua Galvão Bueno são fechadas para veículos e ocupadas com barracas. O entorno da praça é bem delimitado e estão presentes no local elementos marcantes da paisagem urbana, além de intenso uso comercial ligado à calçada. O mobiliário urbano e o tratamento superficial de calçadas e fachadas dos edifícios contribuem para reforçar a escala humana e imaginabilidade, acentuando o caráter oriental do bairro.

A figura 1 indica a localização da praça, em mapa de cheio e vazio que realça o recinto urbano. Em vermelho, foram marcados os elementos de destaque na paisagem urbana. A seguir, faremos a conceituação e análise visual, através de fotografias e mapas, dos cinco parâmetros de qualidade urbana escolhidos para este trabalho.

2 | PRIMEIRO PARÂMETRO: IMAGINABILIDADE

Ewing e Bartholomew (2013) apoiam-se em Kevin Lynch (A imagem da cidade, 2011) para tratar da imaginabilidade. Para os autores, esta qualidade está relacionada à capacidade de fixação e reconhecimento da imagem de um lugar. A imaginabilidade é “a qualidade do espaço que o torna único, reconhecível e memorável. Um lugar tem alta capacidade da imagem quando elementos físicos específicos e o arranjo entre eles capturam a atenção, evocam sentimentos e criam uma impressão duradoura” (Ewing e Bartholomew, 2013, p.11). Uma forte imaginabilidade promove o “sentido de lugar” (*sense of place*), conforme definido por Gordon Cullen, ou uma impressão inesquecível do lugar (*unforgettable total impression*), conforme conceituado por Jan Gehl. Este “sentido de lugar” não é definido por um único elemento, mas por diversos elementos funcionando em conjunto, que são capazes de transmitir uma identidade e caráter próprios, tornando aquele lugar diferente dos demais espaços da cidade.

Fazendo citação a Kevin Lynch, Ewing e Bartholomew (2013) reconhecem os marcos urbanos como componentes importantes da imaginabilidade. Ressaltam, contudo, que o destaque dado a um marco urbano não se deve unicamente à sua aparência, escala ou proporção, mas à sua capacidade de comunicar, que é obtida através da soma da singularidade deste elemento com a sua localização estratégica. Marcos urbanos chamam a atenção por serem elementos de exceção e funcionarem como pontos focais, de

orientação e de contraste no cenário urbano, ocupando posições de destaque que facilitam sua visualização.

A imaginabilidade é influenciada pelas outras qualidades urbanas estudadas por aqueles autores: recinto (*enclosure*), escala humana, transparência, coerência, complexidade, legibilidade e conexão (*linkage*) e é, de certo modo, o efeito resultante da totalidade destas qualidades. Segundo os autores, lugares com alto nível dos vários quesitos apresentados separadamente tendem a apresentar grande imaginabilidade em seu conjunto.

Para o entendimento dos elementos que atuam na imaginabilidade na Praça da Liberdade, foi elaborado um mapa com destaque aos pontos focais e pontos de destaque arquitetônico. Além de ter os marcos urbanos destacados em vermelho na Figura 1, a análise da imaginabilidade da Praça da Liberdade será complementada com as fotos comentadas abaixo, com a descrição dos lugares e dos elementos singulares que foram identificados no percurso. À análise fotográfica soma-se uma tabela descritiva (Tabela 1) com quatro categorias: edifícios, paisagem, espaço urbano e elementos humanos.



Figura 1. Praça da Liberdade, ladeada pela Avenida da Liberdade, Rua Galvão Bueno e Rua dos Estudantes. *Enclosure* bem delimitado, com edifícios no alinhamento da rua preenchidos na cor preta. Em vermelho, elementos em destaque: 1. Portal sobre o Viaduto Cidade de Osaka e vista panorâmica; 2. Parque japonês; 3. Igreja Santa Cruz das Almas dos Enforcados; 4. Edifício com arquitetura oriental no centro da praça; 5. Edifício comercial na esquina, com cúpula dourada; 6. Praça da Liberdade, com diversos monumentos e estação de metrô.

Fonte: autora.

Edifícios	Edifícios históricos Edifícios com presença de elementos orientais Edifício de esquina
Paisagem	Contraste entre a praça aberta e Rua Galvão Bueno, estreita Visual ampla no Viaduto Cidade de Osaka com presença da paisagem Parque com jardim japonês Monumentos no espaço público
Espaço urbano: tratamento e mobiliário	Postes vermelhos com lâmparinas e bandeiras, piso característico com tema oriental, fachadas trabalhadas dos edifícios, barracas, bancos.
Elementos humanos	Presença de pessoas de etnia oriental Comércio característico com produtos orientais (lojas e comidas) Grande movimento de pessoas

Tabela 1. Elementos que contribuem para a imaginabilidade, presentes na Praça da Liberdade.

Fonte: autora.



Figura 2. A imaginabilidade é reforçada com a presença constante e repetida de elementos do mobiliário urbano como os postes de iluminação. Nota-se o padrão oriental no piso da calçada. Pontualmente, um portal colocado sobre o Viaduto Cidade de Osaka, na Rua Galvão Bueno, marca a entrada na área que concentra os elementos urbanos com padrões orientais que diferenciam esta região do restante da cidade.

Fonte: autora, 2018.



Figura 3. Elementos combinados reforçam a imaginabilidade: o recinto definido da praça, a presença de elementos arquitetônicos (Igreja Santa Cruz das Almas dos Enforcados) e presença de mobiliário urbano característicos (postes, bandeiras e barracas).

Fonte: autora, 2018.



Figura 4. Edifícios peculiares em frente à praça atuam como marco urbano, reforçando a referência à origem japonesa da população que habita o bairro.

Fonte: autora, 2018.



Figura 5. Parque com jardim japonês, com entrada marcada por portal vermelho a partir da Rua Galvão Bueno.

Fonte: autora, 2018.



Figura 6. Edifício comercial com cúpula dourada contribui para reforçar a imagem memorável da praça. Os demais elementos presentes (mobiliário urbano, barracas, lanternas orientais) reforçam a identidade e capacidade de fixação da imagem do lugar.

Fonte: autora, 2018.



Figura 7. Sobre o viaduto Cidade de Osaka, na Rua Galvão Bueno, a paisagem se descortina e reforça o entendimento do lugar. O ponto torna-se atrativo para os visitantes, que param para tirar fotografias e apreciar a vista. Nota-se a presença de uma artista de rua com trajes orientais, sentada no banco.

Fonte: autora, 2018.

3 I SEGUNDO PARÂMETRO: CONFINAMENTO, RECINTO (ENCLOSURE)

Segundo Ewing e Bartholomew (2013), o recinto urbano é um dispositivo muito eficaz para conferir a um espaço o sentido de identidade e localização. O espaço urbano assume a condição de recinto ou *outdoor room* quando apresenta delimitações verticais claras e fortes, desempenhadas principalmente por edifícios, mas também por árvores, muros e outros elementos verticais.

Nesses recintos urbanos a céu aberto, o espaço vazio conformado tem tanta importância quanto os próprios edifícios lindeiros, pois os edifícios cumprem o papel de paredes que funcionam como anteparo para o espaço vazio das ruas e praças. O fechamento vertical do recinto define sua forma e seu tratamento superficial pode se destacar através de cores e texturas.

Para conformar o recinto urbano, além dos edifícios que influenciam em sua qualidade, é importante atentar para a proporção entre as distâncias horizontais e as alturas dos planos verticais de confinamento ou fechamento. Espaços muito amplos perdem a condição de recinto urbano. A delimitação do recinto urbano (*enclosure*) é enfraquecida por quebras nos alinhamentos dos fechamentos verticais e pode ser reforçada por elementos marcantes inseridos nos pontos focais.

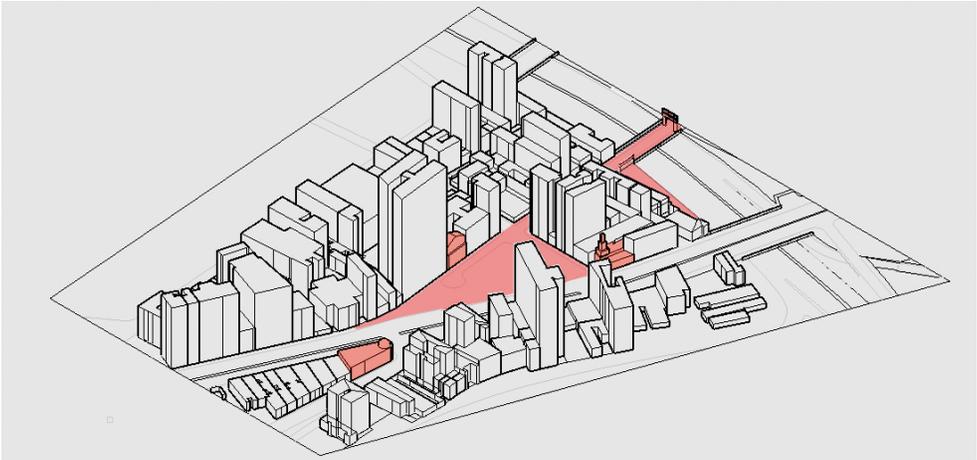


Figura 8. Isométrica da Praça da Liberdade, com marcos urbanos e delimitação da praça anotados em vermelho. Nota-se o limite do recinto urbano definido por edifícios de gabaritos diferentes, com ênfase para os dois lados menores da praça, perpendiculares entre si. O lado delimitado pela Avenida da Liberdade é enfraquecido devido à largura excessiva da faixa viária. A Rua Galvão Bueno estende-se até o outro lado do Viaduto Cidade de Osaka.

Fonte: autora.

Para análise e registro do *enclosure* da Praça da Liberdade foi elaborado um mapa de figura-fundo que evidencia o alinhamento dos edifícios junto à rua definindo bem o vazio. Este mapa foi mostrado na Figura 1. O *enclosure* também foi observado através da perspectiva isométrica da área (Figura 8). Nota-se, nesse desenho, que o gabarito dos edifícios no entorno da praça é bem variado, apesar do alinhamento constante dos edifícios na divisa entre o espaço público e privado e a forte frontalidade das fachadas.

É possível perceber que os edifícios do entorno atuam muito bem ao delimitar dois lados da praça triangular (junto à Rua dos Estudantes e Rua Galvão Bueno). No terceiro lado da praça, contudo, o fechamento vertical dado pelos edifícios está muito afastado, pois ocorre do outro lado da Avenida da Liberdade, que é muito larga, o que faz com que estes edifícios participem menos da delimitação do recinto urbano na percepção do pedestre.

A Rua Galvão Bueno, via que também foi considerada para este estudo, possui calha estreita e bem marcada pelos edifícios lindeiros (Figura 11). O alinhamento dos prédios é interrompido no viaduto Cidade de Osaka. Neste ponto, a partir do qual descortina-se uma bela vista, a interrupção do *enclosure* é compensada com visuais extensas, propiciando um contraste interessante entre o recinto fechado e a paisagem.

Ao longo de toda a Praça da Liberdade e Rua Galvão Bueno, o fechamento do recinto urbano ocorre em dois níveis: primeiramente, no alinhamento constituído pelos edifícios com tratamento superficial exuberante. Depois, um segundo nível de fechamento é dado pelo mobiliário urbano (postes e barracas), atuando na escala do pedestre, duplicando os limites visuais do espaço e marcando os percursos no espaço livre, conforme fica evidente

na Figura 10.



Figura 9. Definição dos limites da Praça da Liberdade. A praça triangular é delimitada em dois lados pela parede de edifícios. Do outro lado da Avenida da Liberdade, a delimitação é mais afastada e enfraquecida.

Fonte: autora, 2018.



Figura 10. O lado mais extenso da Praça da Liberdade tem fechamento bem marcado pelos edifícios, também reforçado pelos elementos de mobiliário urbano.

Fonte: autora, 2018.



Figura 11. Na continuação da mesma calçada, a Rua Galvão Bueno tem enclosure bem definido e reforçado pelos postes de iluminação, que fazem uma espécie de cobertura. Na continuação desta rua, o Viaduto Cidade de Osaka interrompe o enclosure para oferecer um bom panorama da paisagem.

Fonte: autora, 2018.

4 | TERCEIRO PARÂMETRO: ESCALA HUMANA

A escala humana é a qualidade do espaço que permite estabelecer relação de proximidade com as pessoas. Segundo Ewing e Bartholomew (2013), este parâmetro refere-se ao tamanho, textura e articulação dos elementos físicos adequados aos seres humanos, considerando tanto a proximidade física como a velocidade de apreensão dos elementos pelas pessoas. Os autores, com base em Jan Gehl (2010), ressaltam que a percepção humana da paisagem está relacionada à velocidade do caminhar e à proximidade dos elementos à escada do pedestre, que determinará a quantidade e o tamanho de detalhes e estímulos visuais apreendidos. Gehl anunciou que os elementos a serem percebidos na escala do caminhante diferem daqueles percebidos a partir do automóvel: o caminhante atenta-se a detalhes pequenos com maior riqueza de informações, enquanto a apreensão visual em alta velocidade restringe-se a elementos maiores, menos detalhados e em menor quantidade.

A escala humana se manifesta de diversas maneiras: nas dimensões que o espaço apresenta, em seu tratamento superficial (cores, texturas, informações minuciosas) e nos detalhes construtivos dos edifícios e pavimentos, na sinalização, arborização e presença de mobiliário urbano. A isso podemos somar a presença de atividades desempenhadas pelas pessoas, como vitrines, barracas de compras, e a própria presença dos usuários no ambiente urbano.

Contudo, conforme apontado por Gehl (2010), a capacidade de percepção dos elementos e dos demais usuários presentes no espaço decresce com o aumento da distância, de modo que espaços muito amplos podem se tornar áridos, despovoados e desinteressantes, ao passo que espaços menores podem ser considerados mais

acolhedores e convidativos. É necessário, porém, lembrar que o juízo destes valores é relativo e varia de usuário para usuário.

A escala humana na Praça da Liberdade é analisada nesta pesquisa a partir de fotos. Os principais elementos identificados foram: texturas de pisos, detalhes dos edifícios (Figura 12), presença ostensiva de mobiliário urbano, atividades comerciais ligada à rua (Figura 13), com exibição de produtos e presença de pessoas. Há também diversos elementos de sinalização urbana (Figura 14), seja no piso, nos edifícios e em placas e bandeiras.



Figura 12. Riqueza de detalhes nos edifícios, acrescido de sinalização, postes e bandeiras, favorecem a escala humana.

Fonte: autora, 2018.



Figura 13. Na escala do pedestre, nota-se a presença de elementos arquitetônicos e produtos oferecidos pelo comércio que atraem a atenção do caminhante, bem como a presença de textura no piso.

Fonte: autora, 2018.



Figura 14. A sinalização de piso procura dar segurança ao movimento dos pedestres e possibilita um contraste entre o caminhar aleatório e a direção a seguir. Nota-se também a proximidade do caminhante com os edifícios e a presença de elementos de sinalização e dos postes de iluminação.

Fonte: autora, 2018.

5 | QUARTO PARÂMETRO: TRANSPARÊNCIA

A transparência é a qualidade do espaço urbano que reflete a profundidade visual da mirada, indicando o que a pessoa consegue apreender por trás do limite imediato entre a rua e a calçada, podendo penetrar para além do espaço público e adentrar no espaço privado do lote. Para o entendimento desta característica, considera-se que o limite entre o espaço público e o espaço privado é uma linha bem estabelecida, a ser dissolvida por aberturas e através de penetrações visuais ou físicas nas fachadas, que permitem a percepção dos espaços para além desta fronteira ampliando o recinto urbano original (rua ou praça). Ewing e Bartholomew (2013) destacam que a transparência se relaciona não apenas à percepção ampliada do espaço, dada por fatores físicos como a diminuição de barreiras e a detecção da presença de luz e ar no interior dos edifícios, mas à percepção do movimento das atividades humanas que ocorrem nesses interiores, o que desencadearia um desejo de explorar, percorrer e adentrar os espaços. Também, segundo os autores, algumas atividades internas trazidas para o espaço urbano cumprem um papel importante ao ampliar a relação entre o espaço interior e o espaço exterior, tornando o espaço exterior uma espécie de prolongamento do espaço interior e dando vida à rua.

Para os autores, a transparência mais importante ocorre ao nível da rua, onde essa interação entre o dentro e o fora se torna mais eficaz na percepção do caminhante. Ainda segundo Ewing e Bartholomew (2013), são elementos que influenciam na transparência: portas, janelas, cercas, passagens, vitrines e espaços de lojas voltadas para a rua. Paredes opacas e vidros espelhados, por sua vez, destroem a transparência e criam uma barreira muito forte entre o espaço público e o espaço privado. Ainda segundo os autores, árvores altas e delgadas contribuem para a transparência, enquanto que árvores baixas,

ao contrário, bloqueiam a vista das pessoas, obstruem a passagem e agem contra a transparência ao prejudicar a permeabilidade visual.

A leitura da transparência na Praça da Liberdade também ocorreu através de fotos. Ali, a presença marcante dos comércios propicia uma transparência importante junto à linha divisória dos lotes. Diversas galerias comerciais ao longo da Rua Galvão Bueno garantem uma penetração real do pedestre no espaço das lojas. Apesar do limite claramente marcado entre o espaço público e o espaço privado, é possível adentrar em diversos edifícios. Trata-se de um local da cidade em que a atividade comercial atrai mais caminhantes para as calçadas, aumentando o uso do espaço público. Esse uso intenso do espaço público, por sua vez, incentiva e beneficia os comércios dos lojistas.



Figura 15. A transparência ocorre na divisa do lote com o espaço público. Transparência e acesso possível ao interior das lojas em frente à Praça da Liberdade.

Fonte: autora, 2018.



Figura 16. A transparência é reforçada com a percepção da atividade humana através das aberturas dos edifícios.

Fonte: autora, 2018.

6 | QUINTO PARÂMETRO: COMPLEXIDADE

A complexidade considera a junção de elementos diversos para compor uma totalidade complexa. O parâmetro de qualidade do espaço urbano chamado complexidade está em oposição à monotonia de um espaço, dada pela ausência de elementos, pela repetição de elementos iguais e por um espaço invariável.

Em um espaço urbano complexo ocorre riqueza visual, determinada tanto pela variação de tipos de edifícios urbanos, quanto pela variação de usos, de usuários e de tipos de espaços livres (fechados, abertos, claros, escuros), compondo uma multiplicidade de situações ao longo dos percursos. Contudo, Ewing e Bartholomew (2013) apontam para o limite sutil entre um espaço urbano rico e complexo e um espaço caótico, no qual ocorre excesso de informações e os elementos concorrem entre si ao invés de atuarem em conjunto. Para que a complexidade se traduza em qualidade no espaço urbano, a variação precisa convergir para um sentido de totalidade do espaço, reforçando sua imaginabilidade e personalidade, sem comprometer a coerência de um lugar.

Na Praça da Liberdade ocorre um conjunto de fatores que contribuem para uma alta complexidade do espaço, ao mesmo tempo em que o ritmo de determinados elementos e uma temática comum (oriental) reforçam um sentido de unidade. Assim, os elementos presentes no ambiente urbano, apesar de diferentes, atuam em conjunto e contribuem para a melhoria da qualidade do espaço. Além disso, a presença de uma estação de metrô e a movimentação em turnos bem definidos quanto aos usos do espaço público, em que se alternam momentos de circulação de veículos com períodos totalmente destinados ao pedestre, criam uma dinâmica própria do lugar e atraem ainda mais movimento de caminhantes e turistas aos finais de semana. Esta dinâmica altera a percepção do espaço dependendo do dia da semana, e amplia o espectro de variáveis e possibilidades que o lugar oferece à cidade.



Figura 17. A saída da estação de metrô e a praça fragmentada em desníveis acaba por desempenhar um efeito negativo ao criar barreiras e zonas com pouco acesso de pessoas.

Fonte: autora, 2018.

7 | SOBRE A ADOÇÃO DOS PARÂMETROS DE QUALIDADE URBANA

É possível afirmar que os parâmetros de qualidade urbana desenvolvidos por Ewing e Bartholomew (2013) são úteis para o estudo de espaços urbanos na cidade de São Paulo que resultam de um processo de urbanização tradicional. Contudo, a Praça da Liberdade e Rua Galvão Bueno são espaços de exceção na cidade de São Paulo: contém a saída de uma estação central do metrô (Linha Azul); a rua não tem fiação visível (elétrica, cabos, etc.); as calçadas são tratadas com um pavimento desenvolvido especialmente para este local (ladrilho hidráulico com padrão japonês); os postes de iluminação e as flâmulas utilizadas no espaço urbano são exclusivos deste ponto da cidade. Além disso, ocorre a presença de comércio muito ativo e típico e edifícios e monumentos com alto grau de referências simbólicas e históricas. Também a apropriação humana do espaço se dá com muita vitalidade e movimento. Assim, a partir das análises, todos os elementos elencados por Ewing e Bartholomew foram reconhecidos em nosso levantamento. Porém, cabe mencionar o interesse por continuar a desenvolver estudos deste tipo em áreas da cidade que apresentam problemas urbanísticos de ordem mais estrutural, para que os parâmetros sejam questionados e outras categorias possam eventualmente ser acrescentadas à metodologia, gerando maior adesão às realidades das cidades brasileiras.

REFERÊNCIAS

BRONSON, R., CLEMENTE, O., EWING, R., HANDY, S., WINSTON, E. **Measuring urban design qualities: an illustrated field manual**. Princeton, NJ: Robert Wood Johnson Foundation, 2005.

CULLEN, G. **Townscape**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1961.

EWING, R.; HANDY, S. **Measuring the Unmeasurable: Urban Design Qualities Related to Walkability**. In: *Journal of Urban Design*, Salt Lake City, UT, USA, vol 14, n.1, p. 65 -84, fev. 2009. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13574800802451155>>

EWING, R.; BARTHOLOMEW, K. **Pedestrian & transit-oriented design**. New York: Urban Land Institute, 2013.

GEHL, J. **Cidade para pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2010**.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. Lisboa: Edições 70, 2011.

ITAIM PAULISTA EM SÃO PAULO E CAZENGA EM LUANDA, UMA OBSERVAÇÃO COMPARADA

Data de aceite: 02/01/2023

Adilson João Tomé Manuel

Arquiteto e Urbanista, Mestrado, Pós-graduação. Docente do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo no Centro Universitário INTA -UNINTA. Leciona também nas Pós-graduação em Arquitetura Hospitalar, Gestão de Cidades, UNINTA

Luis Octavio de Faria e Silva

Arquiteto, mestrado, doutorado FAUUSP. Professor Pós-graduação *stricto sensu* Arquitetura e Urbanismo USJT; coordenador curso *Habitação e Cidade*, Escola da Cidade; escritório *Anália Amorim & Luis Octavio de Faria e Silva arquitetos*

RESUMO: Observação comparada que busca aprofundar a compreensão de dois bairros precários, um em São Paulo, Brasil, e outro em Luanda, Angola. O presente artigo traz esclarecimentos sobre as formas de divisão político-administrativas naquelas duas cidades e, à luz de algumas referências bibliográficas, procura características nos bairros observados que sejam pistas sobre estruturas comunitárias neles presentes, além de refletir sobre a dimensão de uma comunidade e sua

relação com a segmentação do território. Parte-se da premissa de que essas áreas urbanas são fenômenos sociais dinâmicos e legítimos, afastando, portanto, a ideia por vezes adotada de que seriam anomalias na cidade. Identificam-se características físicas e dinâmicas dos espaços urbanos observados, além de sinais de segregação socioeconômica e espacial, buscando contribuir para a compreensão do que entendemos como sua Cultura de construção. Os procedimentos aqui utilizados foram a observação de cartografia e dados, além de análise dos mesmos à luz de textos sobre a construção do espaço urbano.

PALAVRAS-CHAVE: Bairros precários São Paulo-Luanda. Estrutura Urbana. Estruturas comunitárias.

ITAIM PAULISTA IN SÃO PAULO AND CAZENGA IN LUANDA, A COMPARED OBSERVATION

ABSTRACT: Compared Observation that seeks to deepen the understanding of two poor neighborhoods, one in São Paulo, Brazil, and another in Luanda, Angola. This article provides clarification of the forms of political and administrative division in those

two cities and, in light of some references, looks for characteristics in the observed districts that are clues to understand existing community structures, as well as reflecting on the size of a community and its relationship with the segmentation of the territory. It starts with the premise that these urban areas are dynamic and legitimate social phenomena, putting apart the idea sometimes adopted that they would be anomalies in the city. Identifies physical and dynamic characteristics of urban spaces observed, as well as socio-economic and spatial segregation signals, seeking to contribute to the understanding of what is understood as its Culture of construction. The procedures used here were the observation of the cartography and data, followed by analyses in the light of texts on the construction of urban space.

KEYWORDS: Precarious Neighborhoods São Paulo-Luanda. Urban structure. Community structures.

Ao observarmos a concretude do espaço urbano, algumas questões afloram. Essas questões podem servir de referência quando nos voltamos para uma realidade urbana diversa de outra a que nos teríamos dedicado anteriormente. Talvez (e muito possivelmente) nessa observação subsequente não encontremos algo que se encaixe com perfeição em nossa referência previamente estabelecida, mas a simples busca referenciada pode nos fazer perceber, no que diz respeito a um espaço urbano, o que são questões algumas vezes similares, outras complementares e até há circunstâncias em que ao descobrir que nada existe de equivalente, justamente em função disso, uma característica marcante se pode explicitar.

Essa estratégia da Observação Comparada será aqui utilizada para aprofundar a compreensão da estrutura e das dinâmicas de um bairro da cidade de São Paulo, no Brasil e de outro da área metropolitana de Luanda, em Angola. Os bairros escolhidos se apresentam com muitas precariedades, localizados nas bordas da malha urbana de duas grandes aglomerações humanas, com importantes desafios quanto à inclusão de sua população marginalizada tanto econômica como espacialmente.

Objetiva-se conhecer melhor o Habitat humano contemporâneo e essa escolha se dá em função de, ao considerarmos todo o planeta no início do milênio, já abrigarem em torno de um terço da população urbana mundial (DAVIS, 2006, pág. 34), numa proporção que segue crescendo segundo informações da ONU (nacoesunidas.org), esses bairros precários que, portanto, representam uma das faces do ambiente onde, bem ou mal, a humanidade tem se estabelecido. Fundamental, portanto, compreender esses bairros, tendo como prerrogativa que há muito que se fazer para diminuir as dificuldades daqueles que neles moram, mas também que muito se acumulou de saberes nos seus processos de constituição, ou seja, que são espaços vividos e que trazem lições, não sendo cabível entendê-los como simplesmente algo a ser removido.

Assim se insere, pois, a escolha de bairros precários de São Paulo e de Luanda para se avançar na compreensão do Habitat humano atual. Para tanto, procura-se a identificação de especificidades, valores e saberes nesse composto de habitação, infraestrutura e

equipamentos a que nos referimos como Habitat da humanidade, hoje. Sem perder de vista as dinâmicas ali presentes, sendo que no que a partir especialmente de questões econômica, podemos perceber potencialidades e paradoxos.

Não se pretende defender, é importante frisar, uma expansão da malha urbana com precariedades em função de uma revisão de paradigmas no que diz respeito ao lidar com os bairros ditos precários já estabelecidos. Entende-se, repetimos que há saberes ali acumulados que não devem ser descartados na necessária e urgente tarefa de rearranjo de nossa atual maneira de lidar com o planeta, para a qual uma condição sustentável, tanto em termos ambientais, como sociais e econômicos, é prerrogativa básica. Nesse sentido, há que se entender a lição de compacidade e estímulo a uso de espaços de conexão e mobilidade por parte dos pedestres que encontramos nos bairros precários de forma geral, ainda que por força da pouca ou nula atenção por parte do Poder Público e falta de acesso a crédito e bens de consumo. Há quem veja esses bairros precários, inclusive, como menos vorazes quanto ao consumo de combustíveis quando comparados à chamada cidade formal, o que poderá ser tema de reflexão posterior e que já se apresenta como inquietante paradoxo.

Favelas em São Paulo, Musseques em Angola, o que aprendemos ao olhar de forma comparada esses espaços precários no que diz respeito a infraestrutura, equipamentos, regularização fundiária e estabilidade construtiva?

No município de São Paulo, uma das Subprefeituras com maior índice de precariedades é a do Itaim Paulista, no extremo leste de seu território. Um dos Distritos dessa Subprefeitura, chamado também Itaim Paulista, foi definido como objeto de observação. Tendo o presente artigo a perspectiva de compreender o espaço urbano em regiões periféricas de Luanda e São Paulo, a definição do Cazenga em Luanda como área de análise fez com que o acima referido distrito do Itaim Paulista, na realidade paulistana, se apresentasse como uma região equivalente e comparável com aquela estrutura urbana angolana.

O distrito do Itaim Paulista tem sido, também, tema de pesquisa sob a coordenação da Profa. Ana Paula Koury, da Universidade São Judas Tadeu (USJT), em São Paulo, que contou com eventos relacionados, nos quais tanto informações como possibilidades para aquela área foram levantadas e processadas, apresentando-se, assim, disponíveis para consulta e análise, algo que contribuiu para a realização deste artigo.

Apresentamos, assim, uma aproximação do Distrito do Itaim Paulista que se quer aqui esmiuçar e depurar, tornando algumas conclusões e intuições mote para observar a comuna do Tala-Hady, no município de Cazenga, parte da área metropolitana de Luanda, em Angola, que tem dimensões e características geomorfológicas com semelhanças em relação às daquelas do segmento urbano paulistano.

Ambas as áreas (distrito do Itaim Paulista e comuna do Tala-Hady) têm córregos em sua, por assim dizer, espinha dorsal e, muito frequentemente junto a esses corpos d'água,

estão áreas precárias, aqui Favelas, lá Musseques.

Há, veremos, tanto na área paulistana quanto naquela em Luanda, um mosaico de estruturas urbanas, produzidas ora a partir de uma lógica associada à chamada cidade formal, ora de maneira entendida como espontânea, que faz uso de estratégias presentes nas aglomerações humanas desde tempos imemoriais. Entendemos os fragmentos desse mosaico como sendo bairros, que se vê como bases de comunidades, ao menos latentes – no Distrito do Itaim Paulista, será observado com mais vigor o trecho definido como bairro Silva Teles e na Comuna de Tala-Hady o segmento entendido como bairro da Madeira.

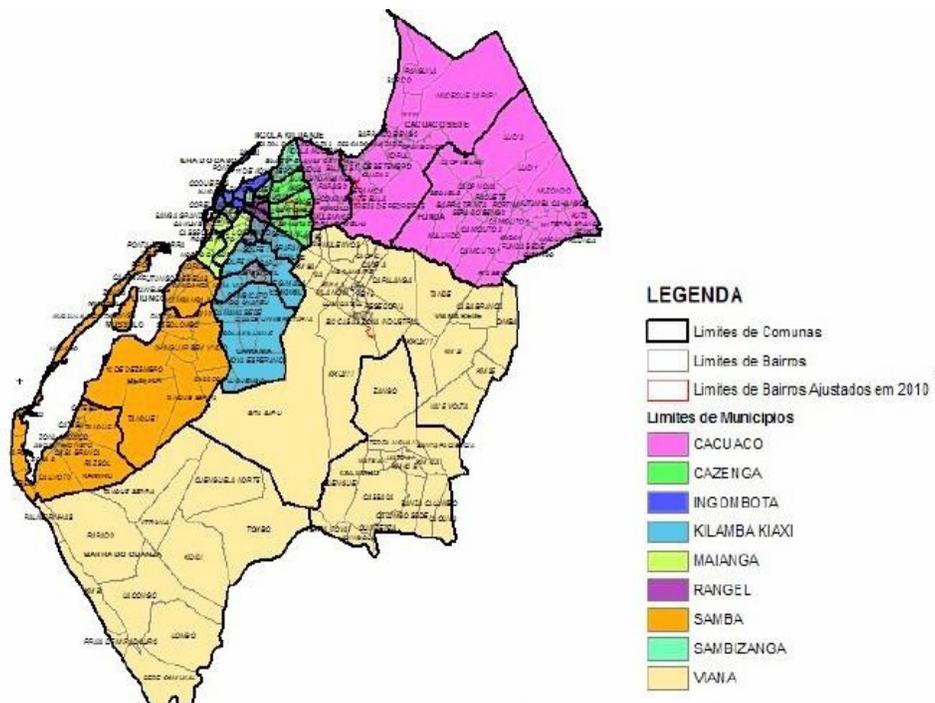


Figura.1 - Mapa Grande Luanda com seus Municípios (escala gráfica equivalente ao Mapa da Figura 2).

Fonte: *Inquérito Development Workshop, 2012*. Disponível em: <http://bibliotecaterra.angonet.org/sites/default/files/dpa_presentation_novadpa.pdf>. Acesso 10 out 2015.



Figura. 2 - Mapa Município de São Paulo com destaque para a Subprefeitura do Itaim Paulista.

Fonte: Disponível em: < <http://www.mapasparacolorir.com.br/mapa/municipio/sp/municipio-sao-paulo-subprefeituras-distritos.jpg> >. Acesso 20 out 2015.

Percebe-se, através dos mapas acima (Figs 1 e 2) que, quanto às suas áreas, são comparáveis o Município de São Paulo e a chamada Grande Luanda, equivalente em termos administrativos ao que seria a Grande São Paulo, esta de dimensões muito maiores.

As divisões territoriais chamadas de Municípios em Luanda são comparáveis em área ao que chamamos Subprefeituras em São Paulo. Será importante identificar o nível de independência política nos chamados Municípios de Luanda – entender, portanto, até que ponto estão submetidos a um poder central como acontece no caso das Subprefeituras paulistanas, cujos mandatários são definidos pelo Prefeito do Município de São Paulo, este com um território que, como referido acima, equivale à área metropolitana da capital angolana como um todo.

Assim como as Subprefeituras em São Paulo são repartidas em Distritos, os Municípios de Luanda são divididos em Comunas. Tanto Distritos paulistanos como Comunas de Luanda são compostos de bairros, que podemos entender como a unidade populacional básica das duas cidades. Cidade é a divisão territorial administrativa em Luanda que equivale ao município no Brasil. Assim sendo, temos o Município de São Paulo e a Cidade de Luanda como instâncias equivalentes. As subprefeituras, divisões do município paulistano, equivalem aos municípios angolanos, chamados localmente de Administração Municipal. Distritos aqui correspondem às Comunas em Luanda. Bairros precários ou favelas daqui são chamados em Angola de Musseques.

Ainda que considerando as divisões político-administrativas das duas realidades urbanas em observação, teremos como referência as áreas ao longo dos corpos d'água presentes nas suas paisagens, junto aos quais se sucedem bairros e, portanto, ao menos potencialmente, comunidades que interagem entre si.

O objetivo já exposto de se avançar na compreensão do Habitat humano contemporâneo, fazendo uso de duas importantes aglomerações urbanas do hemisfério sul, parte do entendimento de que a cidade é uma justaposição de comunidades, ainda que a dinâmica hegemônica da globalização não favoreça a solidariedade e cooperação (SANTOS, 2015) que se associa, em princípio, a uma estrutura comunitária. Entende-se, inclusive, que gestão e construção sustentável da cidade só são possíveis quando essas estruturas comunitárias são seus alicerces, seu fundamento.

Identificar dinâmicas comunitárias, para inclusive promover ações no sentido de fortalecê-las, é meta decorrente da visão abrangente que se pretende conquistar quanto ao Habitat humano.

Familiarizar-se com as divisões territoriais e com as unidades paisagísticas associadas à Hidrografia é estratégia para a aproximação em relação a essas unidades populacionais básicas que são as comunidades, “especializadas” em bairros (que não existem formalmente como divisão territorial na cidade de São Paulo, ainda que a expressão esteja presente na maneira como os paulistanos se referem ao seu local de moradia – em Luanda, por sua vez, Bairros são subdivisões oficiais das Comunas), cuja dimensão é objeto de discussão longe de encontrar consenso, eventualmente em função de diversidade de situações, mas que em princípio tem relação com uma certa “escala comunitária”.

Como referência na busca por uma compreensão do que seria uma dimensão da comunidade, podemos lançar mão de alguns esforços empreendidos por arquitetos que, em tempos relativamente recentes, desenharam bairros novos e mesmo cidades que nasceram de um só golpe. No projeto que se adotou para a construção de Brasília, por exemplo, as assim chamadas superquadras foram pensadas para abrigar entre 2.500 e 3.000 pessoas (COSTA, 1995, pág. 326), sendo que um conjunto de quatro delas constituiria uma unidade de vizinhança com, portanto, de 10.000 a 12.000 pessoas. Poderíamos pensar que ali

se imaginou que comunidades teriam como espaço as superquadras que, junto a outras três, configurariam um bairro, entendido como uma unidade de vizinhança? Seria uma comunidade um conjunto de três mil pessoas, algo em torno de mil famílias? Dessa maneira, teríamos um bairro com quatro mil delas?

No emblemático projeto para o CECAP em Guarulhos, a equipe liderada pelo arquiteto Vilanova Artigas propõe “freguesias”, nome tradicional para se referir a uma unidade de vizinhança, que teriam edifícios “duplos” de gabarito baixo com 60 unidades cada, organizados em quatro blocos de oito edifícios cada (FERRAZ, 1997). A “freguesia”, portanto, resultaria num conjunto de 1.920 unidades, com uma população em torno de 8.000 pessoas.

O arquiteto egípcio Hassan Fathy, que se notabilizou por comandar em seu país de origem o reassentamento de uma vila chamada Gourná, cujo processo de análise, identificação de parâmetros de ações e procedimentos durante a obra, além de custos e dificuldades, relatou em livro que se tornou referência para a compreensão de um urbanismo a partir da observação de relações que se apresentam e, portanto, distante de uma atitude arrogante de quem elabora soluções em função de premissas genéricas e hipotéticas (FATHY, 1982), identificou num grupo de 7.000 pessoas, potencialmente chegando a 9.000 quando supostamente encontrariam certo equilíbrio, uma estrutura de base comunitária, ainda que não tenha sido com esses termos tratada pelo autor referido.

Esses números revelam atenção para relações identificadas em certos contextos existentes e algumas vezes derivam da compreensão da otimização da infraestrutura e há situações em que se entrelaçam esses procedimentos, mas parece que essas aproximações tendem a confluir para uma escala de população de um bairro e para um arranjo com dinâmica que podemos ler como comunitária.

Qual a população de um bairro de São Paulo? E de Luanda? Será possível, nesses bairros paulistanos e angolanos, encontrar situações que remetam a uma média dos números apresentados aqui como primeira aproximação? Haverá diferenças marcantes entre a dimensão de uma comunidade em São Paulo e em Luanda?

Através da observação de mapas e fotografias, pretende-se aqui, a partir de divisões políticas administrativas e hidrografia, mas transcendendo especialmente aquele retalhamento muitas vezes descolado de relações sócio-econômicas efetivas, investigar como se organizam espacialmente supostas estruturas comunitárias. A ideia é refletir sobre sua articulação ou justaposição em bairros, cujos limites ou linhas de contato se pretende discutir.

Leituras da base física da cidade têm sido realizadas a partir da identificação de algumas referências, entre as quais os limites entre suas partes (LYNCH, 1997) – a pergunta é se esses limites se referem a linhas de contato entre estruturas comunitárias e também se estas estão enraizadas ou, em outras palavras, se têm sedimentados significados e referências na paisagem transformada pela mão humana desvelando, mais ou menos

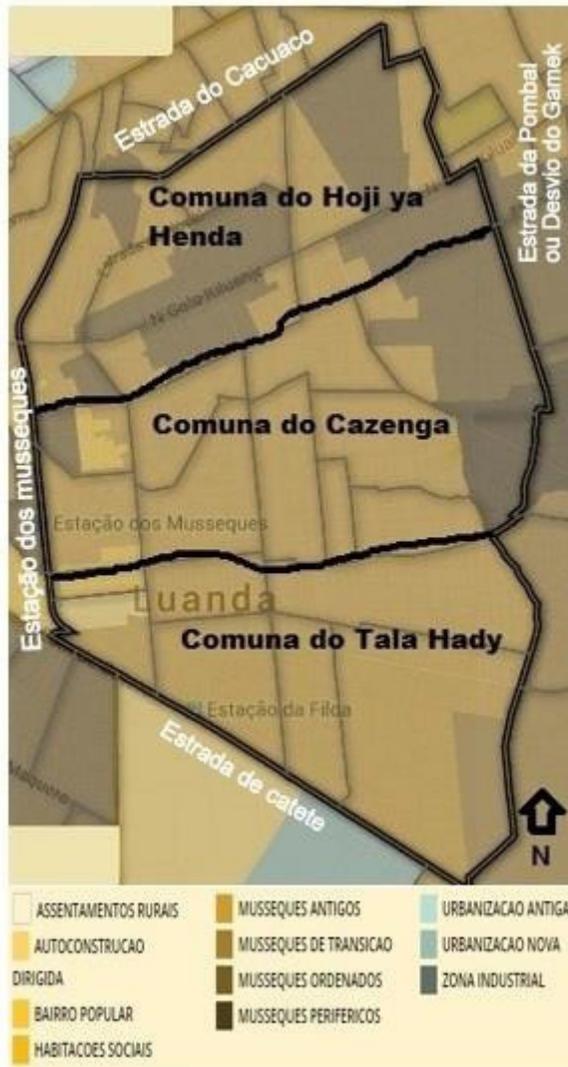
explicitamente, uma geomorfologia e hidrografia anteriores à sua presença ali.

Limites são elementos lineares, em geral usados ou entendidos como vias pelo observador. São as fronteiras, quebras lineares de continuidade, como por exemplo margens de rios, ferrovias, espaços em construção, muros e paredes. São referências laterais, mais do que eixos coordenados. Esses limites podem ser barreiras mais ou menos penetráveis que separam uma região da outra, mas também podem ser costuras, linhas ao longo das quais duas regiões se relacionam e se encontram (Figs 3 e 4). Ainda que possam não ser tão dominantes quanto o sistema viário, para muitos esses elementos limites são importantes características organizacionais, sobretudo em função de conferir unidade a áreas diferentes, como no contorno de uma cidade por água ou parede. (LYNCH, 1997, p. 52). As ruas podem compreendidas como referências que definem os limites de um determinado território, tanto externos como internos, delimitando diferentes setores ou bairros, vilas, distritos, comunas e municípios.



Figura. 3 e 4- Córregos do Cambambe no Cazenga e Lajeado no Itaim Paulista, que podem ser entendidos como limites entre partes da ocupação urbana.

Fonte: Autor, 2015.



Figuras. 6 – Limites do Município do Cazenga, e das comunas.

Fonte: *Inquérito Development Workshop, 2012. Disponível em: <<http://cazenega.forum.angonet.org/>>. Acesso 21 out 2015.*

No município de São Paulo, uma das Subprefeituras com maior índice de precariedades é a do Itaim Paulista e em Luanda é o município de Cazenga. Ambas têm córregos em sua, por assim dizer, espinha dorsal e, muito frequentemente junto a esses corpos d'água, estão áreas precárias, aqui Favelas, lá Musseques.

Há, veremos, tanto na área paulistana quanto naquela em Luanda, um mosaico de estruturas urbanas, produzidas ora a partir de uma lógica associada à chamada cidade formal, ora de maneira entendida como espontânea, que faz uso de estratégias presentes

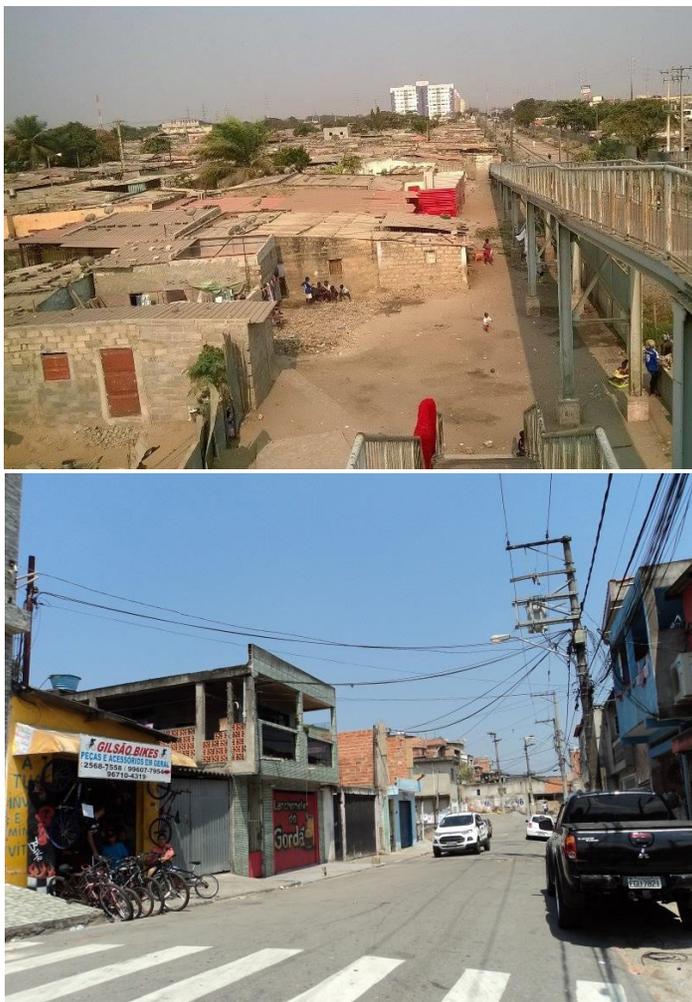
nas aglomerações humanas desde tempos imemoriais. Entendemos os fragmentos desse mosaico como sendo bairros, que se vê como bases de comunidades, ao menos latentes – no Distrito do Itaim Paulista, será observado com mais vigor o trecho definido como o córrego do lajeado (bairro Jardim Silva Teles – Fig. 7) e na Comuna de Tala-Hady o segmento entendido como afluente do rio Cambambe (bairro da Madeira – Fig. 8).



Figuras.7 e 8 - indicação da posição do Bairro Jardim Silva Teles, e o Bairro do Madeira.

Fonte: Elaborado pelo Autor com Mapa base Google Maps, 2015.

As casas no bairro da Madeira (Tala -Hady) são, geralmente, construídas em blocos de concreto e cobertas de placas de zinco (Fig.9), enquanto no Itaim Paulista, são mais habitualmente de blocos cerâmicos, com coberturas de fibrocimento (Fig.10). Muitas delas estão em permanente processo de construção, já que os seus proprietários levam alguns anos a edificá-las. Segundo CAZENGA, Atlas 2012, a construção da própria casa no Tala-Hady (Cazenga) representa um grande esforço por parte das famílias algo que podemos também dizer no que se refere ao Itaim Paulista. Em ambos os casos, ainda que com especificidades locais, vemos precariedades que são o resultado de realidades urbanas marcadas por desigualdades e, em alguma medida, segregação espacial.



Figuras. 9 e 10 – Tipo de Habitação no Bairro da Madeira e no Jardim Silva Teles.

Fonte: Autor, 2015

Na cidade de São Paulo, há programas de regularização fundiária, vinculados a algumas melhorias urbanas. A perspectiva de regularização e consequente garantia de um lugar na cidade é, no caso paulistano, um importante instrumento de Política Habitacional na luta de um grande contingente de moradores de bairros precários em busca da integração sócio econômica (AZEVEDO, 2007, p.14). Identifica-se, mesmo assim, que falta uma Política Habitacional que leve à apropriação do espaço urbano de forma equilibrada.

O Cazenga cresce cada dia, com novas pessoas a chegarem a Luanda a procura de emprego e habitação. A chegada de tantas pessoas tem um impacto no tipo de habitação disponível, o estado das ruas, e os riscos físicos que as pessoas possam vir a enfrentar. (CAZENGA, Atlas 2012)

Tanto no distrito do Itaim Paulista como na Comuna do Tala-Hady há uma disputa acirrada por cada m² nos seus bairros já densamente ocupados, inclusive de forma irregular nas bordas dos córregos do Lajeado e do Cambambe, onde praticamente não se percebem áreas verdes.

No que diz respeito às atividades econômicas locais, alguns dados acabam por aproximar os bairros em observação. Em ambos, percebe-se a presença importante do trabalho relacionado à costura, no Cazenga há uma forma de trabalho peculiar do Bairro da Madeira (também presente na maior parte de Angola) que é o das costureiras ao ar livre, que não contam com uma oficina ou espaço protegido para sua atividade produtiva é uma prática artesanal de subsistência, onde cada um aprende o ofício em casa ou na rua e presta serviços à comunidade (Fig.11).

Ao passo que Itaim Paulista, a atividade de costura (Fig.12), e o comércio informal local (Figs.13 e 14), também representam importante fonte de renda, onde foi inclusive implementada um Programa chamado *São Paulo Costurando o Futuro*, projeto da SEMDET (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho), em parceria com SENAI, SEBRAE-SP, Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP (USP Leste), Singer do Brasil, além das Secretarias Municipais de Educação e de Coordenação das Subprefeituras, que em sua comunicação oficial expressa a intenção de qualificar na área de costura pessoas da região Leste da capital e se refere a empresas do Itaim Paulista, uma delas de produção de blusas femininas, que fazem uso dessa mão de obra local.



Figuras. 11 e 12 – Oficina de Costura no Cazenga e no Itaim paulista.

Fonte: Autor, 2015 e Subprefeitura Itaim Paulista. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/itaim_paulista/noticias/?p=50264>. Acesso 22 out 2015.



Figuras. 13 e 14 – Comércio informal nas ruas do Itaim Paulista.

Fonte: Autor, 2015

Conhecidas como Zungueiras (Fig. 15), as mulheres que estão “na zunga”, expressão usada para se referir aos ambulantes, andam pelo bairro e vivem desse serviço, alternativa à fome num país de poucos empregos. Outros grupos de mulheres estabelecem em suas próprias ruas um comércio informal da venda de diversos produtos (Fig. 16). É habitual a venda, na porta de casa, de milho, banana e amendoim, vindos direto do campo, assados em fogareiros.



Figuras. 15 e 16 – Comércio informal nas ruas do Cazenga.

Fonte: Marcelo Fota, 2015

Subprefeitura Município	DistritoComuna	Área (Km ²)	População(2010)	Densidade Demográfica (Hab./km ²)
Cazenga	Hoji ya Henda	13,462	91,836	6,821
	Cazenga	14,761	494,346	33,490
	Tala Hady	10,841	276,167	25,474
Total	3	39,064	862,349	22,075
Itaim Paulista	Itaim Paulista	12,0	224,074	18,673
	Vila Curuçá	9,7	149,053	15,366
Total	2	21,70	373,127	17,195

Figura. 17-Tabela comparativa elaborada pelo autor com Dados do Itaim Paulista e do Cazenga

Fonte: Elaborada pelo autor com base no Atlas Cazenga e IBGE, 2010

A tabela cima (Fig. 19) mostra que o município do Cazenga e a Subprefeitura do Itaim Paulista apresentam áreas comparáveis em km². Por outro lado, em termos de densidade demográfica média total, o município do Cazenga é mais denso.

A população do Município do Cazenga é quase o triplo da subprefeitura do Itaim Paulista. A Comuna com maior densidade demográfica é o Tala Hady, devido aos musseques da Vila Flor, Vila da Mata, e do bairro da Madeira, que são favelas em áreas de risco, próximas ao córrego de um afluente do rio Cambambe.

Em função das médias acima indicadas e da observação da ocupação nos bairros do Jardim Silva Teles, no Itaim Paulista, e da Madeira, no Cazenga, estima-se que o primeiro tenha uma população de 4.839 habitantes em aproximadamente 40 ha e o segundo de 8.997 em menos de 20 ha. Em relação às considerações acima levantadas sobre dimensões apropriadas de bairros, presentes nos projetos das superquadras de Brasília, nas freguesias do CECAP de Guarulhos e em Nova Gourná, no Egito, sem entrar no mérito das superfícies ocupadas, percebe-se que o bairro da Madeira possui uma população equivalente ao que se considerou uma estrutura base para relações de vizinhança, tendo o bairro do Silva Teles a metade desse contingente de pessoas. Será possível, a partir dessas aproximações, identificar a espacialização de uma estrutura comunitária?

Percebemos, nesse sentido, no Itaim Paulista e no Cazenga, espacialidades, que são consequências das apropriações por parte de seus moradores, não apenas funcionais, mas também formas de expressão de vida e de comunicação de seus moradores/construtores que determinam configurações, nunca estáticas, sempre em movimento, gerando um espaço diferenciado e conflituoso, determinado exatamente por sua singularidade. O que eles têm de mais singular em relação a outros lugares da cidade é a forma de apropriação dos seus espaços coletivos e a intensidade com que convivem nele, que podemos ver como evidência de relações comunitárias, algo que deve ser preservado quando se propõem intervenções urbanas e que deve servir de exemplo para a configuração espacial da cidade dita formal.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Sérgio. **Desafios da habitação popular no Brasil: políticas recentes e tendências**. In: CARDOSO, Adauto L. (ed.) **Habitação Social nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: FINEP/CEF, 2007.

CAIM, Alan. **Mercado de terra urbana e Micro finanças para Habitação em Angola**. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/DevelopmentWorkshopAngola/mercados-de-terra-e-microfinancas-habitacional-luanda-13-maio-2013>>. Acesso 24 out 2015.

CAZENGA, Atlas. **Fórum Cazenga**. Luanda: Development Workshop, 2012. COSTA, L. **Registro de uma Vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. DAVIS, M. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

FERRAZ, M. (Ed.) Vilanova Artigas São Paulo: Instituto Lina e P. M. Bardo; Fundação Vilanova Artigas, 1997.

FATHY, H. **Construindo com o Povo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982 LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização Rio de Janeiro**: Record, 2015.

PEDRO HENRIQUE MÁXIMO PEREIRA - Doutor (2019) e Mestre (2014) em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília. Arquiteto e Urbanista pela Universidade Estadual de Goiás (2011), Artista Visual Universidade Federal de Goiás (2014) e especialista em Educação (AME) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2021). É pesquisador e professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Goiás, professor Assistente I do curso de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás). Nestas instituições coordena grupos de pesquisa sobre a obra do sociólogo polonês Zygmunt, sobre aeroportos e, de modo abrangente, sobre a cidade contemporânea. É vencedor do Prêmio Brasília 60 anos de Tese (2020), com a trabalho: O entre-Metrópoles Goiânia-Brasília: história e metropolização.

B

Bairros precários 50, 51, 52, 55, 62

C

Camadas temporais 15, 18, 32

Campos dos Goytacazes 15, 16, 19, 24, 26, 32, 33, 34

Cartografia 50

Cazenga 50, 52, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65

Cidade 1, 2, 3, 4, 5, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 44, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 59, 62, 63, 65, 66, 67

Coletividade 1

Comunidade 50, 55, 56, 62

Corpografia 2

D

Democracia 7, 8, 33

Desenho urbano 3

Desigualdade 2, 4, 7, 9

E

Escala 1, 35, 36, 37, 38, 42, 44, 45, 53, 55, 56, 58

Esfera pública 1, 11

Espaço público 2, 5, 6, 8, 9, 12, 24, 33, 35, 37, 39, 42, 46, 47, 48

Estruturas comunitárias 50, 55, 56

Estrutura urbana 20, 27, 50, 52

F

Feminismo 1, 4, 6, 7, 8, 13, 14

H

Habitat 17, 51, 52, 55

I

Imaginabilidade 35, 36, 37, 38, 39, 48

Itaim Paulista 50, 52, 53, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65

L

Limite 42, 46, 47, 48

Luanda 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 62, 65

Lugar 5, 6, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 31, 36, 37, 40, 41, 48, 62

Lynch 37, 49, 56, 57, 66

M

Morfologia urbana 15, 16, 17, 33

O

Observação comparada 50, 51

P

Paisagem 15, 20, 22, 27, 31, 35, 37, 38, 39, 41, 42, 44, 56

Paisagem urbana 35, 37

Participação 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 26

Planejamento 1, 3, 4, 9, 11, 12, 13, 14

Planejamento urbano participativo 1

Política 3, 5, 6, 8, 11, 12, 14, 22, 33, 54, 62

Praça da Liberdade 35, 37, 38, 39, 42, 43, 45, 47, 48, 49

Praça São Salvador 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33

Q

Qualidade de vida 4, 30, 35

Qualidade do espaço urbano 35, 36, 37, 46, 48

R

Recinto 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 46

Rua Galvão Bueno 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 47, 49

S

São Paulo 1, 4, 13, 14, 33, 35, 36, 37, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 58, 59, 62, 65, 66

Segregação 3, 4, 9, 50, 61

U

Urbanismo 1, 2, 3, 12, 15, 25, 32, 33, 50, 56, 67

V

Vitalidade urbana 35

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

ARQUITETURA E URBANISMO: CONSTRUÇÃO E MODELAGEM DO AMBIENTE

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

ARQUITETURA E URBANISMO: CONSTRUÇÃO E MODELAGEM DO AMBIENTE


Ano 2023